



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III – GUARABIRA/PB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
4ª TURMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA TERRITÓRIO E
PLANEJAMENTO URBANO, RURAL E AMBIENTAL**

Linha de pesquisa:

PLANEJAMENTO TERRITORIAL RURAL

**“AH! A VIDA DO AGRICULTOR, DO PEQUENO AGRICULTOR COMO A GENTE
FALA, É SUFRIDA”:** TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DO
MUNICÍPIO DE LOGRADOURO (2006 – 2017)

LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

**GUARABIRA
DEZEMBRO DE 2020**

LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

“AH! A VIDA DO AGRICULTOR, DO PEQUENO AGRICULTOR COMO A GENTE FALA, É SUFRIDA”: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO (2006 – 2017)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. MS. Elton Oliveira da Silva.

Linha de Pesquisa: Planejamento Territorial Rural

GUARABIRA/PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Lenilma Vieira da Costa.
"Ah! A vida do agricultor, do pequeno agricultor como a gente fala, é sofrida" [manuscrito] : transformações na agricultura do município de Logradouro (2006-2017) / Lenilma Vieira da Costa Silva. - 2020.
65 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Geografia, Território e Planejamento: Urbano, Rural e Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Prof. Me. Elton Oliveira da Silva, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."
1. Agricultura. 2. Transformações. 3. Logradouro. I. Título
21. ed. CDD 331

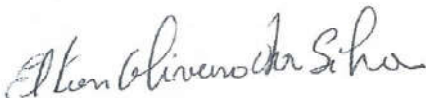
LENILMA VIEIRA DA COSTA SILVA

**“AH! A VIDA DO AGRICULTOR, DO PEQUENO AGRICULTOR COMO A GENTE FALA, É SUFRIDA”:
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DO
MUNICÍPIO DE LOGRADOURO (2006 – 2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - MONOGRAFIA) apresentado junto à coordenação do curso da 4ª Turma de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Especialista em Geografia. Sob a orientação do Prof. MS. Elton Oliveira da Silva

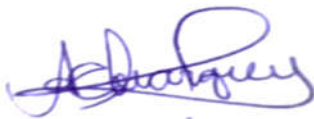
Aprovado em: 04 / dezembro / 2020

Banca Examinadora



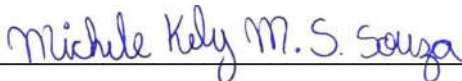
Prof. MS. Elton Oliveira da Silva (UEPB/CH/DG)

Orientador



Prof. MS. Ana Carla dos Santos Marques (UEPB/CH/DG)

1ª Examinadora



Prof. MS. Michele Kely Moraes Santos (UEPB/CH/DG)

2ª Examinadora

Dedico este trabalho a Deus, por toda força, pelas inúmeras vezes que me levantou e segurou minhas mãos, e minha família que foi essencial para alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

“A gratidão é o único tesouro dos humildes.” (William Shakespeare). É assim, que quero expressar os meus agradecimentos a todos àqueles que de forma direta ou indireta estiveram presentes em todo esse processo, árduo, mas de muito aprendizado. Quero agradecer, antes de tudo, ao meu bom Deus que me faz levantar a cada dia, renovando o vigor da alma.

Ao meu esposo, que fez e faz tudo que lhe é possível para que eu possa subir mais esse degrau. Ao meu filho João Luís (mascote da turma), que freqüentou comigo todos os momentos, desde o ventre e pós nascimento, que mesmo sem entender me ajuda a ser mais forte a cada dia. Aos meus pais, por todas as batalhas que juntos estamos vencendo. As minhas irmãs, Lidiane pelo apoio de sempre e Lidineide pelas inúmeras correções e orientações, pelo estímulo e confiança em mim depositada.

Aos meus colegas, por todo apoio, em especial Janayna, companheira de todos os enjôos, aos meus colegas da graduação que estiveram comigo em mais uma jornada. Aos pais e mães (Edson, Márcia e Arimateia) de primeira viagem da turma que, como eu, se desdobram para concluir essa etapa, mesmo com seus filhos bebê.

A todos meus professores, pelo incentivo, pela doação e aprendizado compartilhado. A coordenação da pós-graduação, Luciene e Belarmino. A professora Ana Carla, que se fez presente não somente nas aulas, mas também como uma amiga, sempre disposta a ajudar. Ao saudoso, Carlos Belarmino, a nossa homenagem. Agradeço, com muito gosto, ao meu orientador Elton Oliveira da Silva que, mesmo com todas as atribulações esteve no aguardo do meu trabalho e me ajudando sempre que necessário, com toda paciência possível.

Agradeço também a todos do meu trabalho, pela cordialidade e companheirismo, em especial a Nazélia, uma querida amiga, hoje aposentada, e a Adriana, gestora. Enfim, a todas as pessoas que deixaram suas marcas e que contribuíram para a realização de mais uma etapa na vida acadêmica.

Viva como se fosse morrer amanhã. Aprenda como se fosse viver para sempre.

Mahatma Gandhi

Especialização em Geografia Território e Planejamento Urbano, Rural e Ambiental

TÍTULO: “AH! A VIDA DO AGRICULTOR, DO PEQUENO AGRICULTOR COMO A GENTE FALA, É SUFRIDA”: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO (2006 – 2017)

LINHA DE PESQUISA: PLANEJAMENTO TERRITORIAL URBANO E RURAL

AUTORA: Lenilma Vieira Da Costa Silva

ORIENTADOR: Prof. MS. Elton Oliveira Da Silva (UEPB/CH/DG)

EXAMINADORA: Prof. MS. Ana Carla dos Santos Marques (UEPB/CH/DG)

EXAMINADORA: Prof. MS. Michele Kely Moraes Santos (UEPB/CH/DG)

RESUMO

A agricultura sempre esteve presente na vida do homem, talvez antes com significados, formas, finalidade e conhecimentos diferentes. Mas, não se pode deixar de vislumbrar, que mesmo com todas as transformações ocorridas, a agricultura se mantém evidente em diversas realidades. O município de Logradouro/PB, também não se encontra adverso a essa vivência, sendo assim, se faz relevante analisar a agricultura no município que, por sua vez, sem tratar conceitos estritos como agricultura familiar e/ou camponesa, tem no núcleo familiar sua origem, com atividades sendo desenvolvidas por todos os membros desta. Compreender os possíveis motivos que dificultam a expansão dessa atividade ou sua retração, seja eles naturais, econômicos, sociais ou políticos, é pertinente e possibilita a criação de estratégias ou planejamentos voltados a esse público. Diante disso, tratamos na narrativa a luta pela terra na Paraíba, seus aspectos históricos relevantes para percebermos o processo de ocupação transformação do espaço agrário dos povos originários e dos que ainda lutam para permanecer/sobreviver da terra, bem com buscamos expor dados do próprio município. Ainda, o arcabouço da pesquisa, bem como seu recorte temporal, fundamenta-se nos censos agropecuários 2006 e 2017, instrumentos que foram utilizados como fonte de análise no desenvolvimento dessa pesquisa, tratando de dados referentes ao cultivo (lavouras temporárias), estabelecimentos, entre outros, compreendendo assim a realidade de Logradouro através de fontes governamentais. Em paralelo com os dados oficiais, utiliza-se relatos orais dos trabalhadores dessa terra, especificamente nas localidades de Sitio Malhada e Braga II. Assim, buscou-se apreender as transformações ocorridas nesse espaço e, principalmente, entender possíveis causas para o decréscimo da agricultura no município.

Palavras Chaves: Agricultura, transformações, Logradouro.

Specialization Class in Territory Geography and Urban, Rural and Environmental Planning

TITLE: “AH! THE LIFE OF THE FARMER, THE SMALL FARMER AS PEOPLE TALK IS SUFFERING”: RECENT TRANSFORMATIONS IN AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF LOGRADOURO (2006 - 2017)

RESEARCH LINE: URBAN AND RURAL TERRITORIAL PLANNING

AUTHOR: Lenilma Vieira Da Costa Silva

SUPERVISOR: Prof. MS. Elton Oliveira Da Silva (UEPB / CH / DG)

EXAMINER: Prof. MS. Ana Carla dos Santos Marques (UEPB / CH / DG)

EXAMINER: Prof. MS. Michele Kely Moraes Santos (UEPB / CH / DG)

ABSTRACT

Agriculture has always been present in the life of man, perhaps before with different meanings, forms, purposes and knowledge. But one cannot help but glimpse that, even with all the changes that have occurred, agriculture remains evident in several realities. The municipality of Logradouro / PB, is also not adverse to this experience, therefore, it is relevant to analyze agriculture in the municipality, which, in turn, without addressing strict concepts such as family and / or peasant agriculture, has a non-family origin, with activities being developed by all members of the latter. Understanding the possible reasons that hinder the expansion of this activity or its retention, whether natural, economic, social or political, is pertinent and allows the creation of strategies or plans aimed at this audience. Therefore, in the narrative, we deal with the struggle for land in Paraíba, its relevant historical aspects to understand the process of occupation transformation of the agrarian space of the original peoples and those who still struggle to remain / survive the land, as well as we seek to expose data from the municipality itself. Still, the research framework, as well as its time frame, is based on agricultural censuses 2006 and 2017, instruments that were used as a source of analysis in the development of this research, dealing with data related to cultivation (temporary crops), establishments, among others. , thus understanding the reality of Logradouro through government sources. In parallel with official data, oral reports of workers from that land are used, specifically in the localities of Sitio Malhada and Braga II. Thus, we sought to apprehend the changes that occurred in this space and, mainly, to understand possible causes for the decrease in agriculture in the municipality

Keywords: Agriculture, transformations, Logradouro.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA.....	20
FIGURA 02: DIVISÃO TERRITORIAL EM MESORREGIÕES DA PARAÍBA.....	22
FIGURA 03: LOCALIZAÇÃO DE LOGRADOURO NA PARAÍBA.....	28

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO: CONDIÇÃO DO PRODUTOR E SEXO DO PRODUTOR, DISTRIBUÍDO EM HECTARES/2006.....	33
TABELA 02: QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO, SEGUNDO A TIPOLOGIA/2006.....	35
TABELA 03: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO: CONDIÇÃO LEGAL DO PRODUTOR EM HECTARES/2017.....	36
TABELA 04: DEMONSTRA A QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO MUNICÍPIO, SEGUNDO A TIPOLOGIA/ 2017.....	36
TABELA 05: PRODUÇÃO ANUAL/2006.....	42
TABELA 06: PRODUÇÃO ANUAL/2017.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES.....	38
GRÁFICO 02: MOSTRA AS AÇÕES REALIZADAS PELOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NO CULTIVO DE SUA PRODUÇÃO.....	39
GRÁFICO 03: PESSOAL OCUPADO.....	40
GRÁFICO 04: DEMONSTRA O QUANTITATIVO EM HECTARES QUE A POPULAÇÃO UTILIZAVA PARA SUA PRODUÇÃO.....	41
GRÁFICO 05: EFETIVO DE REBANHO POR CABEÇAS.....	43
GRÁFICO 06: EFETIVO DE REBANHO POR CABEÇA.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

PB – Paraíba

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

PRPGP – Pró-reitoria de Pós Graduação e Pesquisa

PROF – Professor

MS – Mestre

CH – Centro de Humanidades

DG – Departamento de Geografia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

COVID – Corona Vírus Dísease

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba

RFFSA – Rede Ferroviária Ferro

RN – Rio Grande do Norte

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PSF – Programa Saúde da Família

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

GOV – Governo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: UM BREVE HISTÓRICO.....	19
1.1 – Logradouro, Paraíba: histórico atual do município.....	27
CAPÍTULO II – LOGRADOURO EM DADOS: PERFIL DO MUNICÍPIO PELOS CENSOS AGROPECUÁRIO, FLORESTAL E/OU AQUÍCOLA DE 2006 E 2017 (IBGE).....	31
CAPÍTULO III – LOGRADOURO PELA VOZ DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS: O ESPAÇO RURAL EM PERSPECTIVA.....	47
3.1 – Era possível sobreviver trabalhando unicamente na agricultura?.....	47
3.2 – Os filhos seguiram o mesmo caminho.....	49
3.3 – Sindicato, Prefeitura, Emater: como atuavam?.....	50
3.4 – “Ah! A vida do agricultor, do pequeno agricultor como a gente fala, é sofrida”.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE.....	62

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo trabalhar as discussões sobre a agricultura e seus sujeitos agricultores no município de Logradouro/PB, com o intuito de estudar as possíveis transformações da agricultura nesta localidade, buscando compreender fatores econômicos, sociais, políticos e naturais que estejam ligados a retração das atividades rurais no município. Diante disso, as análises deram ênfase na produção, suas atividades agropecuárias, bem como os serviços essenciais ligados ao setor da zona rural, com destaque aos sítios Malhada e Braga II já que, devido à pandemia do COVID-19 não houve a possibilidade de ampliação das pesquisas para o restante da área rural do município.

Entretanto, os termos de agricultura camponesa e/ou familiar não estarão em discussão nesse estudo e utilizaremos as denominações apenas para nos referir à prática desses homens e mulheres que desenvolvem suas atividades na agricultura. É oportuno salientar que muitos autores vão discorrer sobre os termos supracitados onde, inclusive, para alguns são conceitos associados, que não se diferenciam, como pontuado por Santos e Azevedo (2017), para quem “o camponês é o mesmo sujeito do agricultor familiar: uma organização econômica fundada no trabalho da família, ainda que possua algum grau de integração aos mercados e de tecnificação”. Sendo assim, partimos desse pressuposto para compreender o trabalhador dessa localidade e suas práticas.

Desse modo, analisaremos a realidade dessas famílias, buscando a compreensão sobre os motivos pelos quais a agricultura não esteja com uma relevante expansão, sejam esses por questões climáticas, incentivos, políticas públicas, entre outros. Devemos discutir também, a quebra da tradição familiar do cultivo na terra, a escolaridade e outras ligações possíveis. Assim, buscamos perceber as mudanças ocorridas no espaço agrário, considerando a Paraíba, o Agreste Paraibano (mesorregião) a microrregião de Guarabira (considerando a antiga divisão do IBGE, apenas para fins históricos), para melhor perceber o município de Logradouro, dentro da escala temporal.

O estudo do município de Logradouro mostra-se bastante promissor na compreensão das transformações ocorridas no espaço agrário paraibano e como este se encontra no século XXI, já que a chamada “modernização” das relações de trabalho e das técnicas produtivas no campo apresenta suas várias nuances,

podendo apresentar impactos também na agricultura familiar e/ou não se apresentando como uma realidade em todos os espaços. Importa igualmente apresentar alguns elementos como: a não continuação da atividade agrícola pelos filhos (as) dos agricultores, os períodos de estiagem prolongados, o baixo lucro obtido com os produtos cultivados, a impossibilidade de retirar do campo o sustento da família, a dinâmica do “trabalho alugado”, o incentivo a agricultura e os programas sociais aplicados ao município, entre outros, questões que foram sendo apreendidas.

Utilizaremos como fonte para o estudo da agricultura camponesa e/ou familiar no município de Logradouro os relatos orais dos próprios agricultores, através de questionários semi estruturados, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisa documental com análise de fichas/cadastros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Logradouro, consultas a representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no município. Ainda, cabe ressaltar que se trata de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, desenvolvida a partir de dados oficiais disponíveis em meios eletrônicos (como mencionado, através dos sites, principalmente governamentais), mas também com pesquisa de campo.

O estudo realizado, com o fim de investigar a hipótese de decadência da agricultura familiar e/ou camponesa no município de Logradouro, contou com o processo de teoria e prática. A teoria está atrelada aos aspectos históricos, desde o âmbito estadual ao municipal, as pesquisas via internet, a exemplo dos sites governamentais e planejamento prévio. A prática contou, especificamente, com a pesquisa de campo, nas localidades dos sítios Braga II e Malhada, áreas escolhidas por contar com o acesso direto ao pesquisador. Diante disso, contamos com relatos orais de um total de quinze agricultores, alguns hoje já aposentados, dentre esses, nove homens e seis mulheres.

Sendo assim, buscamos compreender a realidade através dos relatos orais, principalmente dos pequenos produtores destas áreas. Segundo Thompson (1998, p. 337, apud ALVES, 2016, p.01), “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E aos lhes dar um passado, ajuda-as a também a caminhar, para um futuro construído por elas mesmas”. Em vista disso, pode-se perceber em sua narrativa a trajetória que percorreram e percorrem, contribuindo para a compreensão das suas necessidades e condições.

Nesse processo, as contribuições são para ambas as partes, a reciprocidade de quem ouve e de quem fala, o olhar atento sobre o conversado naquele momento, espaços de diversas realidades. Conforme Alves (2016, p. 04), ambos possuem interesses diferentes na narrativa feita, onde um estará atento aos objetivos a serem cumpridos e o outro, falar de tudo aquilo que corresponde a seus interesses e que não quer deixar de narrar, que merece ser narrado.

Diante disso, nota-se a relevância de trabalhar com os relatos orais, com as narrativas dos sujeitos escolhidos para cada pesquisa, mas também é significativo frisar que, ao escolher trabalhar com a metodologia supracitada, não exclui a necessidade de trabalhar com “documentos escritos como os de arquivo” (ALVES, p. 07), bem como, arquivos de pesquisas, como os censos realizados pelo IBGE, fichas de sindicatos e Emater, utilizados nesse estudo, na busca da compreensão e relacionamento dessas fontes orais com os demais fundamentos da pesquisa.

A pesquisa de campo, também escolhida como base metodológica, se faz de acentuada pertinência para atingir os objetivos propostos. Conforme Chiapetti (2010, p. 145), “Pesquisar é buscar e, portanto, pesquisar em campo é buscar respostas (em algum local) para responder às questões da pesquisa”. Logo, pesquisar traz resultados do objeto estudado, às vezes correspondente a hipótese do pesquisador, e outras apontam para respostas contrárias.

Ainda sobre a pesquisa de campo, Minayo (1994, apud Chiapetti, 2017, p. 111), discorre que “a pesquisa de campo é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Expressa a realidade, com a riqueza de todos os dados colhidos, mas não se desfaz da base que justifica a finalidade da investigação. Um estudo planejado anteriormente que recebe roupagem, que desvenda fatos, constrói argumentos e constitui toda a pesquisa. Com efeito, os diagnósticos dos objetivos propostos passam também pela abordagem do estudo de caso, com um procedimento metodológico quantitativo e qualitativo.

Como mencionado, em relação à pesquisa no campo, no corrente ano (2020), tivemos um impasse, com a inesperada pandemia do Corona Vírus (COVID 19), com origem na China e que assola todo o mundo. Logo, as atividades de campo começaram a ser realizadas, mas não conseguimos abranger uma parte considerável da zona rural, ficando restrito a dois setores (Malhada e Braga II).

Estamos em um ano atípico e no município estudado ainda se vive algumas restrições, dificultando o andamento de alguns anseios, mas que se buscou suprir da melhor forma possível.

Assim, nas páginas que se seguem os leitores e leitoras encontrarão, no Capítulo I, uma discussão breve acerca da organização do espaço agrário paraibano, visando demonstrar suas transformações ao longo do tempo e da história, bem como a apresentação da Mesorregião do Agreste, uma vez que o município de Logradouro estava inserido nesse espaço maior de abrangência, estando ligada igualmente a microrregião de Guarabira, e apresentando também a nova divisão regional para fins de atualizar dados e melhor compreendermos essas modificações.

No Capítulo II, apresentamos Logradouro a partir dos Censos Agropecuário, florestal e/ou aquícola, referentes aos anos de 2006 e 2017, temporalidade que justifica e é abarcada nesse trabalho; assim, buscamos discutir dados da produção, sua diversidade, condições dos produtores, grau de instrução, sempre buscando perceber as mudanças e permanências da agricultura nos referidos anos. Por fim, no Capítulo III, encerrando nosso estudo, buscamos apresentar e discutir questões postas pelos próprios agricultores, através de suas falas, estando presentes aqui seus anseios, compreensões das mudanças, desapontamentos e impressões da passagem do tempo.

Apesar das limitações já postas para a realização de uma pesquisa mais ampla, acreditamos que foi possível compreender um pouco mais sobre a dinâmica da agricultura no município de Logradouro, município esse que, quando comparado a outros territórios da Paraíba pode ser pequeno, mas nem por isso menos importante ou sem significado dentro de contexto mais gerais da Paraíba e do Brasil. Assim, desejamos uma boa leitura!

CAPÍTULO I – ESPAÇO AGRÁRIO PARAIBANO: UM BREVE HISTÓRICO

A Paraíba, de acordo com os dados do último censo demográfico em 2010, possuía uma população de 3.776.528 pessoas, uma densidade demográfica de 66,70 h/km², com estimativa de mais de quatro milhões de habitantes. Tem uma população residente, em sua maioria, na zona urbana, possuindo um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,688, que considera como requisitos os fatores de saúde, educação e renda. Além disso, de acordo com IDEME (2008, apud Mendes et al, p. 8, 2012)¹, o Estado da Paraíba apresenta a seguinte conjuntura:

...ocupa 0,7% do território brasileiro; a 20ª posição em extensão territorial entre os 27 estados e o Distrito Federal do país e 3,6% do território nordestino ou a 6ª colocação em extensão territorial entre os 9 estados da região Nordeste. Cerca de 90% do seu território está localizado na região Semiárida nordestina ou na área denominada Polígono das Secas (IDEME, 2008). As condições geográficas e ambientais do estado favorecem algumas culturas e atividades econômicas, ao mesmo tempo em que limitam outras sem uma adequada intervenção tecnológica e inovativa.

Acrescente-se ainda que a Paraíba possui perfil semelhante a outras regiões do Nordeste brasileiro, pois sua ocupação, desenvolvimento econômico e social também se deu do litoral ao interior, o que contribuiu para estabelecer como principais centros urbanos a cidade de João Pessoa, localizada na mesorregião da Zona da Mata e, posteriormente, Campina Grande, situada no Agreste Paraibano (Mendes et al, p. 8, 2012), expandindo aos poucos para as outras mesorregiões e suas microrregiões geográficas.

Figura 01: Mapa de Localização/Brasil/Paraíba

¹http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf



<https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa212>

O IBGE, além da pesquisa nos censos com projeção de dez anos, também possui as apurações anuais, o que não abrange os mesmos requisitos que um censo, mas apresenta informações que contribuem para a compreensão da produção de determinado ano. A partir desses dados que nos permite entender um pouco mais sobre a produção agrícola na atualidade, localizamos os cultivos das lavouras temporárias e permanentes, a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas. Ainda, observou-se que os cultiváveis mais comuns são: abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, fava, feijão, mandioca, melancia, melão, milho e tomate, produtos que estão ligados às lavouras temporárias².

Salienta-se também que a Paraíba põe-se como destaque na produção de castanhas de caju (Oleaginosas), bem como é notável o expressivo rendimento de outros gêneros alimentícios (o que nos faz lembrar o histórico do agreste paraibano, que se destacava, além da cana de açúcar, com as frutíferas), a exemplo do abacaxi, com áreas tradicionais de cultivo em municípios como Sapé, Itapororoca, Araçagi, entre outros. Apesar das diversas possibilidades de aprofundamento

²<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

dessas atividades produtivas, o cerne desse estudo está atrelado à produtividade das lavouras no município de Logradouro, voltando-se principalmente aos pequenos agricultores.

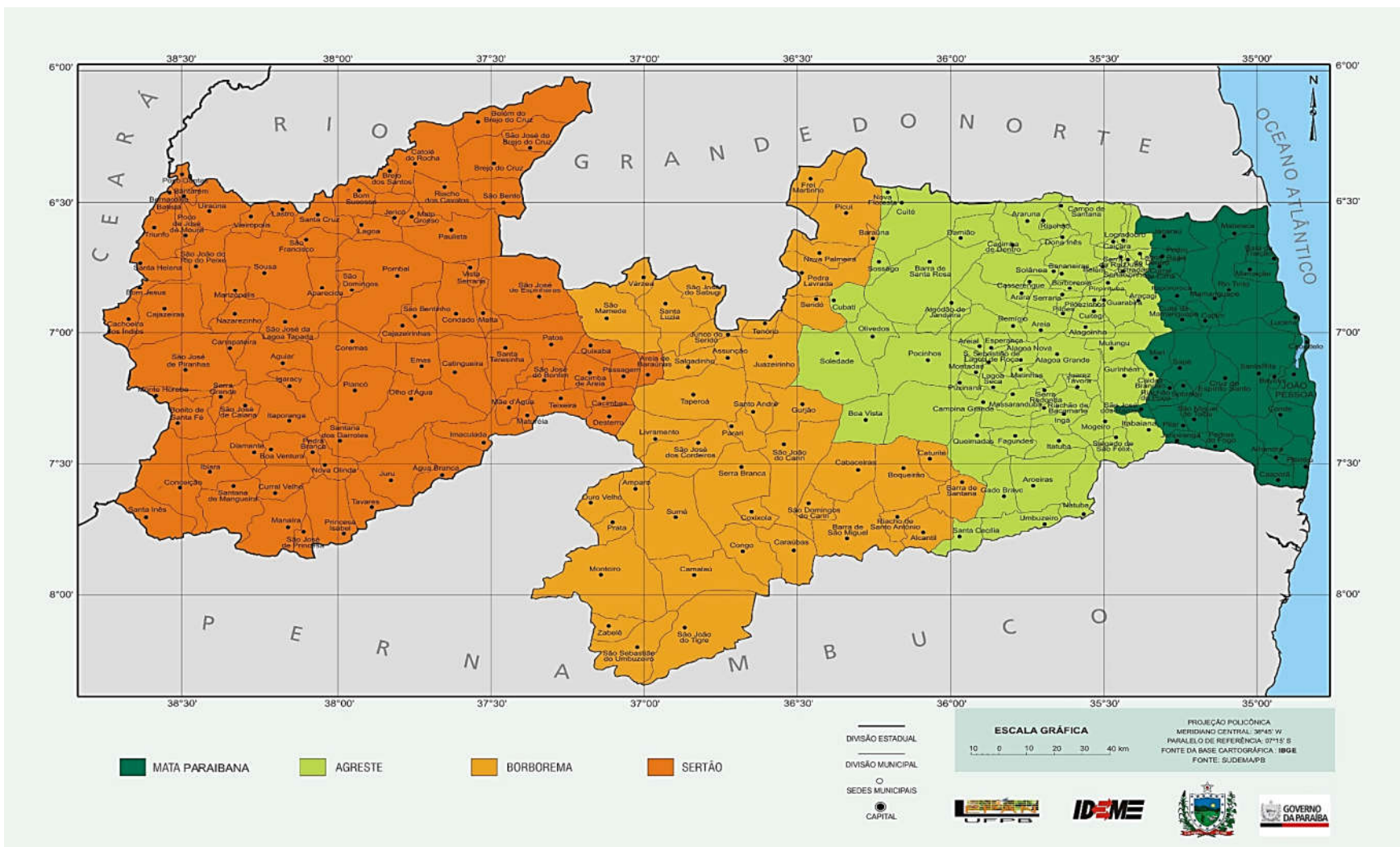
A análise da agricultura familiar e/ou camponesa no município de Logradouro apresenta-se como etapa indispensável para compreender a realidade de homens e mulheres que retiram do campo seu sustento ou complementam sua renda. Para tanto buscamos, inicialmente, correlacionar a localidade e suas transformações a processos históricos mais amplos, compreendendo algumas dinâmicas de ocupação/povoamento do estado paraibano até chegar ao referido município.

Como o recorte temporal se inscreve entre os anos de 2006 a 2017, utilizou-se a divisão regional instituída a partir de 1989, a qual considerava a organização da Paraíba em mesorregiões (Figura 2) e microrregiões Mata paraibana: Litoral Norte, Sapé, João Pessoa, Litoral Sul; Agreste paraibano: Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana, Umbuzeiro; Borborema: Seridó Ocidental Paraibano, Seridó Oriental Paraibano, Cariri Ocidental, Cariri Oriental; Sertão paraibano: Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga, Serra do Teixeira.

Ao buscar estabelecer um diálogo entre o espaço municipal e o estadual, duas obras se mostram basilares nesse processo: a primeira, intitulada *A terra e o homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade (1963), que nos trouxe um panorama da colonização portuguesa, as influências holandesas e os ciclos econômicos da monocultura/policultura que se desenvolveram nesse território; ainda, Emília Moreira e Ivan Targino, com a produção *Capítulos de geografia Agrária* (1996), também nos permitiu compreender a formação e transformações do espaço agrário ao longo do tempo.

Nessas narrativas, nos interessa a discussão da Mesorregião do Agreste paraibano, a qual se localiza a Microrregião de Guarabira, espaço no qual está inserido o município de Logradouro. Como pode ser visualizado abaixo, o Agreste situa-se entre o Litoral úmido e as regiões semi-áridas da Borborema e Sertão, caracterizando-se pela diversidade nos aspectos naturais, uso da terra, atividades econômicas e relações de trabalho (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 79).

Figura 02: Divisão territorial em Mesorregiões da Paraíba



<http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematico>.

A formação do espaço agrário paraibano se constituiu a partir da exploração, cenário que pode ser compreendido desde a chegada de europeus no território brasileiro, se agravando com a implantação da máquina colonial a partir de 1530. Da invasão do território pelos portugueses, resultou a expulsão, genocídio e escravização dos povos originários e nesse processo, a terra já era um elemento em disputa, uma vez que, resistindo às imposições do colonizador, os nativos que aqui habitavam “lutaram por suas propriedades comunais, roças, haveres e famílias” (MELLO, 2002, p. 25). Corroborando com tal compreensão, Oliveira (2001, p. 190) pontuou que os conflitos advindos da terra, em todo o Brasil, são vestígios da ocupação:

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico. O território capitalista, no Brasil, tem sido produto da conquista e destruição dos territórios indígenas.

Da mesma forma, a ocupação do território paraibano foi marcada pelo extermínio da população nativa, se fazendo uso da violência direta ou os contaminando com doenças desconhecidas a estes, trazidas pelos colonizadores. Esse quadro também se apresentou no município aqui estudado; como pontuado por Melo (1994:32, apud Moreira e Targino, 1997, p. 29), “na zona aproximadamente ocupada pelos atuais municípios de Caiçara, Serra da Raiz, Duas estradas, Pirpirituba, e Belém, a violência funcionou em níveis elevadíssimos” contra os povos originários.

Segundo informações disponíveis no site do município e outras fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as terras que pertencem ao município eram dos povos Potiguaras, estando estes em conflito com os colonizadores para assegurar suas terras durante a colonização, quadro característico de outras localidades circunvizinhas.³

Assim, percebemos que o município estudado, antes pertencente ao município de Caiçara, também acumulou sua parcela de exploração, de povos

³ Site do município de Logradouro: www.logradouro.pb.gov.br; IBGE: cidades: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/historico>

expulsos e exterminados de suas terras que antes serviam ao bem comum, a sua comunidade. Atualmente, encontram-se alguns remanescentes dos potiguaras, na Baía da Traição (reserva indígena), povos que lutam para alcançar e preservar seus direitos, permanência na terra, tudo a alto custo (Moreira, Targino, 1997, p. 30).

A exploração envolta na lógica do capital mercantil, posto pela metrópole, traçou seu curso pela área do litoral paraibano e resultou na instalação de engenhos de açúcar na Capitania da Paraíba, a partir de 1587, seguindo as margens do Rio Paraíba (GONÇALVES, 2007, p. 185). O desenvolvimento da atividade canaveira, ao longo do tempo, tornou-se marcante no Litoral paraibano, apesar de tal produção também ter avançado para o clima úmido e solo fértil do Brejo.

O espaço agrário traz vestígios de exploração desde os tempos de colonização e muitos perduram até hoje, a exemplo da permanência das grandes propriedades, marca histórica no Brasil, refletindo também nas relações de exploração do trabalho que, mesmo com o passar no tempo, se manteve. De acordo com Moreira e Targino (1997):

Ao se afirmar que o espaço agrário tem sido historicamente, do ponto de vista do trabalhador, um espaço de exploração, não se nega que as condições de vida no campo não tenham experimentado mudanças. Com efeito, as formas de exploração têm sofrido alterações ao longo do tempo, à medida que o espaço agrário evolui e se reestrutura. (MOREIRA, TARGINO, 1997)

Em vista disso, compreendemos que se mudam as formas estruturais de exploração, mas as mesmas permanecem intrínsecas nas relações dos trabalhadores e empregadores. Essa história de exploração também é, no território paraibano, marcado pela luta da população camponesa, a exemplo da atuação das Ligas Camponesas de Sapé e Mari, na década de 1950, levantando a urgência de uma Reforma Agrária (MONTENEGRO, 2017, p. 266). Assim, percebemos que as relações de exploração dialogam com a necessidade do trabalho, sobrevivência; versus, não dispor de acesso a ferramenta principal de trabalho pela população camponesa. Em relação à Paraíba, Moreira e Targino (1997, p. 178), em concordância com o exposto, discorre que:

... a propriedade da terra permaneceu concentrada nas mãos de uma minoria de pessoas, enquanto a grande maioria dos proprietários continuou possuidora de pequenos lotes, que agregados,

representavam uma pequena parcela da área agrícola do estado. Isso, sem levar em consideração o grande número de produtores diretos, desprovidos do direito de propriedade.

O cenário paraibano não difere do restante do Brasil. Mattei (2014, p.72) relata em seus escritos que "... o Brasil continua figurado entre os países com o maior índice de concentração de terra do mundo". Os conflitos existentes têm por sua origem o modelo de desenvolvimento agrário, que se configura pela concentração de terra, e na exclusão dos agricultores tradicionais (MATTEI, 2014, p. 72), ou seja, a exclusão daqueles que não dispõem de capital necessário para o enfrentamento dessas situações.

Essa exclusão foi sendo reforçada pelo Estado brasileiro ao longo do tempo, o que pode ser observado com a Lei de terras de 1850, a qual transformou a terra em uma mera mercadoria e nesse processo de compra de terras, a população com condições limitadas, não puderam adquirir esse bem. Assim, reforçou-se o latifúndio e a propriedade privada e uma elite agrária que se perpetuava e/ou se perpetua, demonstrando o ímpeto do poder econômico (FERREIRA, 2016, p. 16). De acordo, com o autor supracitado, observamos que todo esse processo trouxe e traz inquietações dos povos, dos camponeses, de alguns partidos políticos, e movimentos sociais que saem em defesa pela causa.

Como já assinalado, as atividades iniciais de ocupação do território paraibano se deram pelo litoral (Zona da Mata), com a predominância da monocultura canavieira. Já nos territórios do Agreste e Sertão, prevaleceu à pecuária e policultura (os gêneros alimentícios) sendo que, no quesito ocupação e povoamento, as regiões supracitadas também sofreram intervenção canavieira (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 32), uma vez que foram pensados como economias complementares. No quesito ocupação do Agreste, território que se situa o município de Logradouro, Moreira e Targino (1997, p. 80) aponta as seguintes influências:

Contribuiu também para a ocupação do Agreste o surgimento de currais e de pontos de pouso para gado e vaqueiros oriundos da região sertaneja quando dos longos percursos em direção ao Litoral. Algumas cidades agrestinas daí se originaram e tiveram sua dinâmica relacionada às feiras de gado que ali se desenvolveram.

Claro que essa ocupação se deu de maneira gradual e sofreu transformações, deixando de ser território de passagem ou pastagem de gado e

ficando conhecido também pelos ciclos das culturas comerciais. Um dos primeiros produtos destaque foi o algodão que, segundo Andrade (1963, p. 150), operou uma verdadeira revolução agrária no Nordeste a partir do século XVIII, influenciando no aumento populacional na região e atendendo ao mercado interno e externo. Além do algodão, o Agreste paraibano destacou-se como uma região policultora devido ao desenvolvimento de outros ciclos comerciais, como o sisal, a cana de açúcar e o café no Brejo paraibano, o fumo, entre outros (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 81).

A pequena produção de alimentos permeia todos os ciclos das culturas de mercado e sofreram com seus processos de expansão/retração, estando nas mãos de moradores e parceiros, no interior das grandes propriedades e também de pequenos proprietários. A coexistência da cultura alimentar teve impacto na concentração de terras na região do Agreste paraibano, já que esta possui o menor índice de acúmulo de terras (fundiária) do Estado, quando comparada as demais mesorregiões (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 97). Em Logradouro, município estudado, percebemos que a maioria dos residentes no campo possuem terra em pequena extensão, e que as maiores propriedades estão em usufruto de poucos.

Em um período mais recente, a partir de 1970, vamos adentrar outra fase de importantes mudanças no campo, com a modernização conservadora da agricultura, promovendo alterações nos métodos de desenvolvimento da monocultura da cana de açúcar e nos pastos plantados, o que veio também alterar a dinâmica antes existente no plantio de culturas alimentares e extração de matérias primas, direcionadas ao mercado interno, nas relações de trabalho, entre outros (MOREIRA, TARGINO, 1997, p. 104-105). Tais alterações podem ser vistas na microrregião de Guarabira, conhecida pelas áreas de fruticulturas, apesar de em todo estado desenvolver esse tipo de cultivo, mas esta passou por um aumento nas terras destinadas à pecuária e avanço da cana em municípios como Pilõezinhos e Pirpirituba.

O processo de recuo das lavouras alimentares mais tradicionais (feijão, milho, mandioca, etc.) nas últimas décadas do século XX, segundo Moreira e Targino (1997, p. 147) não podem ser justificadas apenas por períodos de estiagem, mas está ligada igualmente a expansão da cultura canavieira e áreas de pastagens, para a criação de animais de corte, o que torna mais uma vez essa produção de gêneros alimentícios, seja para consumo ou comercialização no mercado interno local, sujeito as variações das grandes produções. Mesmo em municípios que não

abrigaram a produção canavieira ou possuem expressivas áreas destinadas a pecuária, as influências dessas variações no campo paraibano são sentidas. Ainda, cabe pontuar alguns outros quesitos que vão influenciar nessa produção rural, como veremos no município de Logradouro.

Em suma, podemos observar o histórico na Paraíba, bem como das suas localidades, no setor agrário, com lutas incessantes, que ainda pairam sobre a realidade de tantos. Sendo assim, além do histórico de luta pela terra, colonização, opressão aos povos, e desigualdade social e econômica, vamos nos ater aos dados do estado, com informações precisas, considerando os censos agropecuários 2006 e 2017, e outras fontes governamentais, voltado também às questões agrícolas e da população em geral.

1.1 – Logradouro, Paraíba: histórico do município

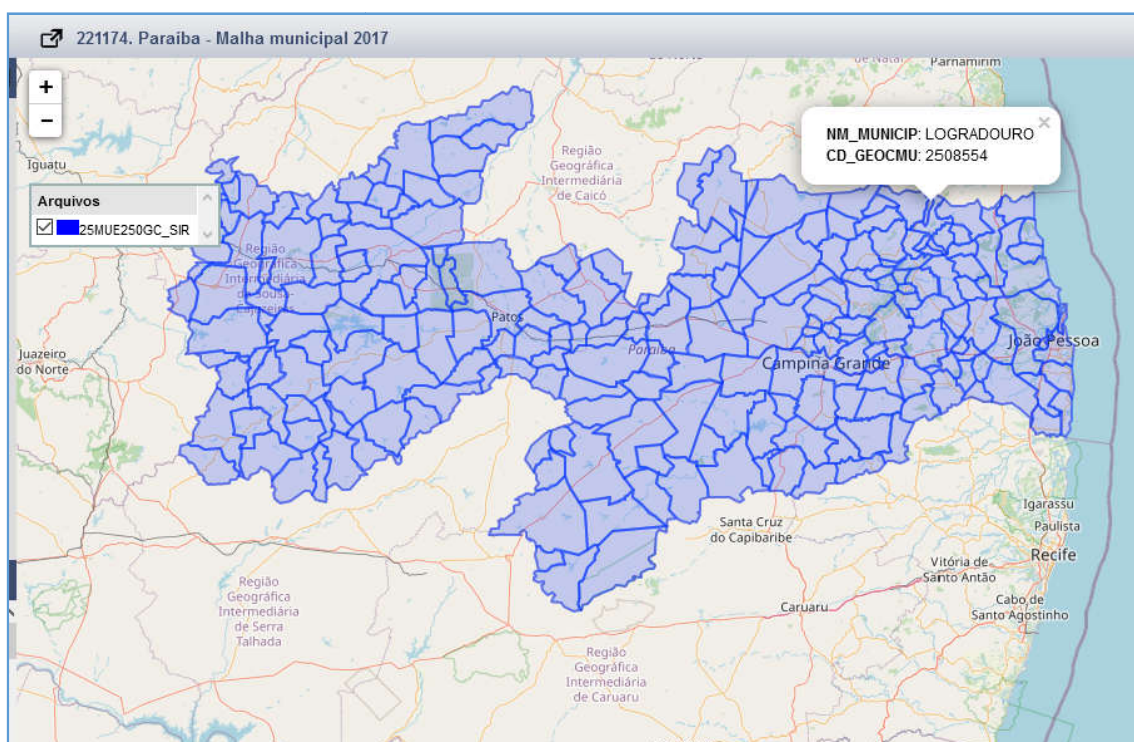
Logradouro foi constituído cidade em 1994, mesmo sem haver divisão político administrativa, período que a Paraíba passou a possuir duzentos e vinte e três municípios. De acordo com Moreira et al (2003, p. 11), na última década do século XX, foram originados mais cinquenta e dois novos municípios onde, acredita os autores supracitados, o desmembramento desses foi constituído de forma arbitrária, já que a única justificativa observada seria “político-partidários bem localizados”. Não se encontra argumentos que pudesse fundamentar tais decisões, pois o estado estava atravessando uma “crise no seu setor primário em torno do qual gira a organização dos novos municípios”. Acresce que os dados de sua formação e/ou ocupação, não é sabido realmente como ocorreu, dispõe-se apenas das narrativas orais dos moradores mais antigos:

O Município de Logradouro originou-se com a construção de moradias dos fazendeiros e comerciantes: Sr. Antônio Franciscano do Amaral, Luiz Ribeiro do Amaral, Teodomiro e Francisco Gomes; mas foi nos idos de 1935 que este povoado se firmou como vila com a chegada do sistema ferroviário – Rede Ferroviária Ferro (R.F.F.S.A) e com a construção da usina Abílio Dantas; pois com a estrada de Ferro os nossos antepassados podiam ter acesso facilmente aos povoados da região, e com a usina além de utilizar a matéria prima local – o algodão oferecia trabalho aos moradores.⁴

⁴<https://www.logradouro.pb.gov.br/historia/> acesso em 25 de novembro de 2020.

Em suma, o município de Logradouro está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano, Microrregião de Guarabira, tendo seus limites municipais de encontro à Nova Cruz/RN, Caiçara, Tacima e Jacaraú, ambas localizadas na Paraíba, com clima semi-árido, caracterizado pelo bioma caatinga, com uma área de 37, 996 km², densidade demográfica de 103, 75 hab./km². Segundo estimativa do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), possui um contingente populacional de 4.343 habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,583⁵. De acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE), Logradouro possui uma população de 56% localizadas na zona rural e de 44% na zona urbana e é considerada uma cidade de pequeno porte.

Figura 03: Localização de Logradouro na Paraíba



<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portaal.php#mapa221174>

Com efeito, Logradouro possui uma população de 6,7% ocupada, de acordo com o panorama municipal (IBGE, 2017); os cidadãos economicamente ativos são de 57,3%, possuindo uma taxa de atividade em decréscimo, considerando os censos demográficos anteriores, pois, em 2000, a taxa estava em média de 66,7%. Atentando aos números de pessoas em extrema pobreza, em 2010 (IBGE) o

⁵<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/panorama> acesso 18 de março de 2018.

município possuía 603 de indivíduos e, segundo indicadores que apontam as idades dessa parcela da população, sobressaem os indivíduos entre 0 a 09 e 18 a 24 anos.

Seus Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), considerando o ano de 2017, computava a média de 4,5 para as séries iniciais do ensino fundamental e 4,3 para os anos finais, considerando as escolas públicas (IBGE). Acrescente-se ainda que o município conta em sua estrutura educacional com duas escolas rurais: uma localizada no Sítio Boqueirão, que oferta educação infantil e fundamental I e II; e outra no Sítio Braga, com oferta da educação infantil e fundamental I. Na zona urbana localizam-se uma creche, um pré-escolar exclusivamente direcionado a educação infantil, e outra escola municipal que dispõe o ensino fundamental I e II. O município conta ainda com uma escola estadual que dispõe de ensino fundamental I e II, bem como o ensino médio. Todas as escolas são assistidas com transporte público, oriundos do governo federal, especificamente do programa “Caminhos da Escola”.

No quesito saúde, como se trata de um município de pequeno porte, trabalha-se com o Programa Saúde da Família (PSF), contendo três unidades básicas, uma localizada na Vila Nova Descoberta, outra no Sítio Braga e uma na zona urbana. Possui baixa taxa de mortalidade infantil, dispõem de atendimento as gestantes, contam com atendimento profissional pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com psicólogos, fisioterapeuta, nutricionista e assistente social, onde esses dividem sua carga horária para todo o município, acolhendo um amplo e diverso público. A população usufrui de eletrocardiograma, vacinas, exames de rotina, bem como médicos, enfermeiros, dentistas, entre outros serviços.

Por conseguinte, falar de saúde, nos faz compreender a importância do saneamento básico, quanto esse fator traz ao cidadão qualidade de vida. Conforme o censo demográfico do IBGE (2010), Logradouro desfruta de 35,6% de domicílios com esgotamento adequado, ainda necessitando atingir um público considerável. Consequentemente, as políticas ou projetos que proporcionam bem estar à sociedade, é sempre um fator contribuinte para a saúde de todos, tantos nos aspectos físicos, como principalmente psicológicos.

Posto esse panorama geral que considerou aspectos históricos, sociais e políticos, o segundo capítulo desse estudo irá apresentar, através de informações colhidas nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a dinâmica agrícola do município de Logradouro, bem como outras informações que

se julga relevante para o bem-estar dos homens e mulheres do campo. A coleta e análise de dados foi uma etapa indispensável, uma vez que nos permite relacionar números/dados e experiências dos sujeitos trabalhadores.

CAPÍTULO II – LOGRADOURO EM DADOS: PERFIL DO MUNICÍPIO PELOS CENSOS AGROPECUÁRIO, FLORESTAL E/OU AQUÍCOLA DE 2006 E 2017 (IBGE)

Com efeito, iremos analisar os dados obtidos através dos Censos Agropecuário, florestal e/ou aquícola⁶ (diz respeito a que ou aquilo que tem a água como seu habitat natural) de 2006 e 2017 do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), visando conhecer o perfil do município no que concernem as atividades do espaço rural, buscando alcançar os objetivos aqui traçados.

Paralelamente, se faz necessário enfatizar que o Censo Agropecuário, Florestal e/ou Aquícola foi realizado em 2007, mas seu período de referência foi o ano 2006, 1º de janeiro a 31 de dezembro, tendo como data de referência o dia 31 de dezembro de 2006, o que indica que todas as informações correspondem a essa escala temporal. Podemos destacar também que a data base para o Censo agropecuário de 2017 foi de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, tendo como referência 30 de setembro de 2017.

A princípio, é fundamental entendermos alguns termos utilizados, para que se tenha o correto entendimento dos quesitos aqui tratados. Assim, apresentamos as definições do IBGE (2006) para “agropecuário”, “estabelecimento agropecuário” e “produtor”, conforme indicado abaixo:

Agropecuário: relativo à teoria e prática da agricultura e da pecuária, e nas suas relações mútuas. **Aquícola:** relativo à criação e multiplicação de plantas e animais que vivem na água. **Estabelecimento Agropecuário:** É toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e/ou aquícolas [...] tem como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda. **Produtor:** é a pessoa física, independente do sexo, ou a pessoa jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do estabelecimento agropecuário. O produtor tem a responsabilidade econômica e/ou técnica da exploração e pode exercer todas as funções diretamente. (IBGE, Manual do Recenseador CI 1.9 A, p. 18 e 19). [grifo nosso]

Saliente-se ainda, que se oportuno será feito algumas outras definições como as anteriormente mencionadas, para que possamos fazer uma leitura mais consciente, pois alguns conceitos como “estabelecimentos agropecuários e

⁶<https://www.dicio.com.br/aquicola/>

produtor” serão utilizados continuamente, ligados a alguns contextos. Ainda, atentamos também a metodologia utilizada pelo IBGE para o censo 2017, em relação ao de 2006, as quais apresentam algumas alterações, trazendo uma abordagem que se enquadrou com a realidade do período mais recente, e que procurou corresponder à relação existente com os outros censos, sem perder a conexão entre eles, como mostra o item “estabelecimento agropecuário”:

Estabelecimento agropecuário formado por área não contínua:

As áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos [...] e os mesmos recursos humanos... e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. (SIDRA, IBGE, 2017) [grifo nosso]

Desta forma, verifica-se que em 2006, nesse mesmo quesito, se esses estabelecimentos agropecuários estivessem localizados em áreas não contínuas, localizados em setores⁷ diferentes, estes já seriam contabilizados como pertencentes a um estabelecimento distinto. Logo, pode ser que no censo agropecuário de 2006, ocorra um maior número de estabelecimentos, também por essa questão, pois as terras de um estabelecimento de área não contínua podem ter sido contadas mais de uma vez, a depender do uso dessas propriedades e se havia atividade agropecuária florestal e/ou aquícola.

Ainda, considerando as alterações ocorridas em 2017, verifica-se que as especificidades em relação à “produção/criação de empregados/moradores em área do estabelecimento agropecuário” acentuaram-se na questão de a criação/produção ser contabilizada ou não no mesmo questionário do produtor proprietário. Se estivesse sobre a responsabilidade do proprietário, contava-se junto com seus dados, caso contrário, seria aberto outro questionário para esse produtor que estaria utilizando esta área, mesmo não sendo sua propriedade, considerando-o assim, um “produtor sem área” (SIDRA, IBGE, 2017). Dessa forma, em 2017 foi ponderado da seguinte forma: toda produção ou criação deste morador ou empregado integrou o questionário referente ao estabelecimento agropecuário, não se abriu questionário para esta situação.

⁷ É a unidade de controle cadastral formada por área contínua, situada em uma única área urbana ou rural, com dimensão e número de unidades que permitam o levantamento das informações censitárias.

Simultaneamente foram feitas outras ponderações em relação à composição da área total do estabelecimento em 2017, sendo inseridos os termos de “Terras em regime de comodato”, onde é feita a correlação com os dados de 2006, sendo necessário a soma dos valores de “terras ocupadas e terras em regime de comodato”, para poder compará-los as terras ocupadas em 2006. Saliente-se que essa alteração pode também explicar a alternância de alguns dados, onde os números obtidos sofreram algumas mudanças relevantes (SIDRA, IBGE, 2017).

E por último, a metodologia utilizada em relação a “utilização das terras”, em relação à Lavoura temporária, já que em 2006 havia uma divisão que considerava os tópicos de “área plantada de lavoura temporária, área plantada com forrageira para corte e área com cultivo de flores”. Já em 2017 perdurou o quesito de “área com cultivo de flores” sem modificações, ocorrendo apenas à fusão em um único registro os dois itens supracitados. Em 2006 eram registrados os quesitos sobre “áreas de tanques, lagos, açudes... foram totalizadas em um único item no questionário de 2017”, relacionado à “distribuição de áreas do estabelecimento, segundo sua utilização”(SIDRA, IBGE, 2017).

Mediante ao exposto, sobre essas mudanças de nomenclaturas e suas alterações em relação às pesquisas dos censos 2006 e 2017, se faz importante salientar esses trechos de modificações, por tratarmos na pesquisa do possível amortecimento da agricultura nessa área. Logo, os quesitos relacionados aos estabelecimentos, seus números, sua produção, entre outros, acentua-se a essa abordagem, para não seja feita análise sem considerar as adaptações de cada período.

Por conseguinte, os estabelecimentos agropecuários do município de Logradouro possuíam cinco mil cento e quinze hectares em 2006, distribuídos entre os produtores, estando especificada abaixo a sua condição, mediante a pesquisa realizada, considerando o ano de referência supracitada:

Tabela 01: Estabelecimentos agropecuários segundo: Condição do produtor e sexo do produtor, distribuído em hectares.

Características dos Estabelecimentos	
Condição do Produtor	Hectares
Arrendatário	1.186

Assentado sem titulação definitiva	06
Ocupante	94
Parceiro	05
Proprietário ⁸	3.824
Condição Legal do Produtor	Hectares
Proprietário individual	5.108
Sexo do Produtor	Hectares
Masculino	4.504
Feminino	610

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006>.

Como anteriormente foi mencionado, não podemos nos referir ao município de Logradouro, sem traçar um perfil prévio através dos dados obtidos por intermédio de pesquisas, que nos faz compreender a realidade do município, ou seu contexto. A tabela 1 nos traz contribuições sobre os estabelecimentos agropecuários, nos fazendo compreender sobre como está distribuída a terra, os hectares desses estabelecimentos, mas também como o produtor se estabelece nessa realidade, seja ele como arrendatário, ocupante ou proprietário. Como este produtor se identifica dentro desse processo de produção. Ainda, com o quesito “sexo do produtor”, percebemos a predominância de homens nos espaços de produção.

Conforme o Manual do Recenseador do censo de 2006, todas as áreas do estabelecimento deveriam ser computadas, consoante a sua situação, “se um produtor estivesse com sua área em poder de terceiros, em decorrência de arrendamento, parceria ou cessão”, elas não deveriam ser computadas na área desse produtor, pois a mesma seria computada no momento em que o produtor que estivesse usufruindo fosse entrevistado, conforme explicado anteriormente.

Em vista disso, na tabela 1, vamos encontrar os diversos adjetivos, cada qual com a condição do produtor naquele período. Como por exemplo, o arrendatário, que “naquele momento de coleta, estava explorando aquela área, mais que a propriedade era de terceiros, ao qual realizava pagamento previamente ajustado; bem como o Parceiro, que se mantinha na mesma situação que o arrendatário, mas

⁸ Sobre os termos proprietário e proprietário individual utilizados nas tabelas, no Manual do recenseador não especifica a diferença entre os termos, apenas discorre, utilizando a definição de produtor individual elucidando ser “uma pessoa física e o único responsável pelo estabelecimento”. Logo, possivelmente os proprietários (termo utilizado no censo), possuem mais de um responsável.

sua forma de pagamento era sua produção” (Manual do Recenseador, 2007), entre outras definições.

Os estabelecimentos agropecuários deste município somavam-se 384, cada qual representado por esses agricultores, em sua maioria de pequeno porte, que necessitava das terras alheias para desenvolver suas atividades. A conjuntura dos estabelecimentos agropecuários em 2006 define-se assim:

Tabela 02: Quantidade de estabelecimentos agropecuários do município, segundo a tipologia

Número de estabelecimentos	
Arrendatário	50
Assentado ou sem titulação definitiva	5
Ocupante	86
Parceiro	8
Produtor sem área	21
Proprietário	214
Condição legal do produtor	
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	2
Proprietário individual	380
Outra condição	2

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006>

Podemos perceber, principalmente relacionando as tabelas anteriores, que vamos ter 5.115 hectares, divididos entre 384 estabelecimentos agropecuários, onde muitos desses produtores possuíam uma área mínima para seus plantios, como por exemplo, os assentados ou sem titulação definitiva, que soma seis hectares em cinco estabelecimentos agropecuários. Em 2017, ano que foi realizado o último Censo Agropecuário, podemos perceber algumas modificações, em relação à área dos estabelecimentos agropecuários. Sob o mesmo ponto de vista do Censo Agropecuário de 2006, observamos que a área dos estabelecimentos agropecuários em 2017 era de três mil cento e oitenta e sete hectares, sendo estabelecida a seguinte realidade:

Tabela 03: Estabelecimentos agropecuários segundo: Condição legal do produtor em hectares.

Características dos Estabelecimentos	Hectares
Condição Legal do Produtor	Hectares
Proprietário individual	2.694
Condição do Produtor em Relação às Terras	Hectares
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários de terras tituladas coletivamente	3.004
Arrendatário	01
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	163
Comandatário (a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável – TAUS ⁹)	16

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017>

Diante do que já foi mencionado, observamos nas tabelas que há uma diferenciação nos termos utilizados e já no início percebemos que a área dos estabelecimentos agropecuários em hectares teve uma diminuição em média de 37%, assim nos leva a compreender que não existem terras empregadas no desenvolvimento agropecuário na mesma medida que indica o Censo Agropecuário de 2006. Os estabelecimentos agropecuários em 2017 foram contabilizados 267, em todo o município, obtendo uma redução de 117 estabelecimentos em relação ao censo anteriormente realizado.

Tabela 04: Demonstra a quantidade de estabelecimentos agropecuários do município, segundo a tipologia.

Número de estabelecimentos	
Condição legal do produtor	
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	41
Produtor individual	225
Outra condição	1
Condição legal do produtor em relação às terras	

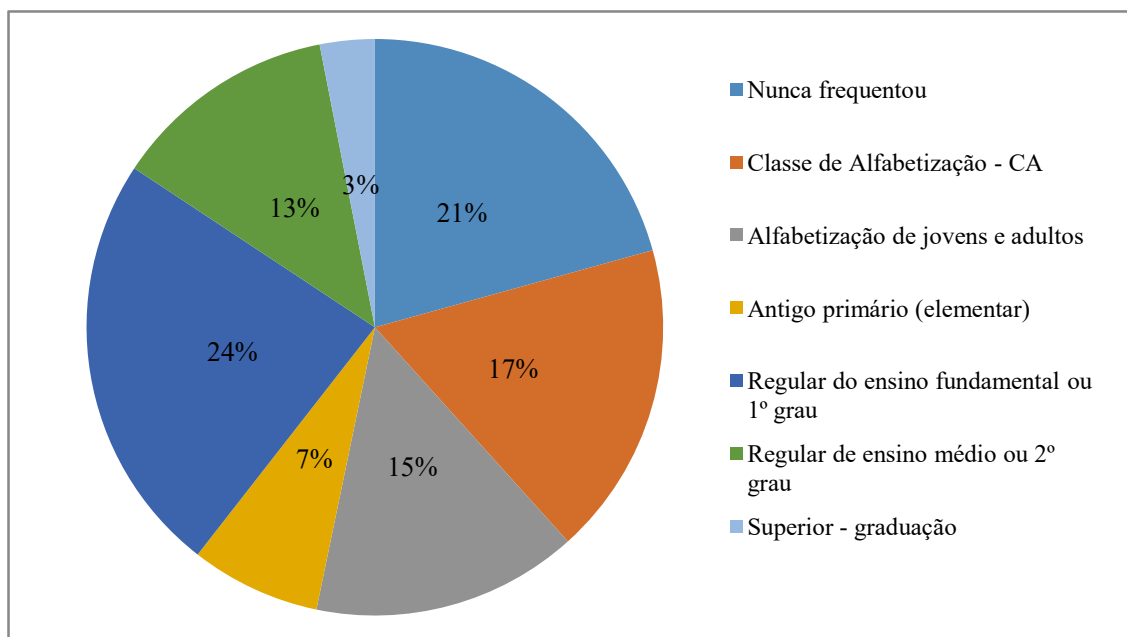
⁹ Pode-se dizer que TAUS (Termo de autorização de uso sustentável), é um documento que as famílias das comunidades cadastradas possuem que provê o uso dos territórios, que estão em sua posse, mas de forma racional, sustentável, voltada para a subsistência desses.

Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários de terras tituladas coletivamente	214
Arrendatário	3
Parceiro	3
Comandatário (a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável – TAUS)	14
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	32
Produtor sem área	1

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017>

Em suma, já é possível aferir algumas modificações bem acentuadas quando falamos de estabelecimentos agropecuários e sua área, assim devemos também possibilitar a análise de outros dados, como por exemplo a produção, como estas terras foram utilizadas e qual o resultado obtido nos dois censos 2006 e 2017. Ainda, além da comparação dos dados obtidos, é de grande relevância compreender o município e suas particularidades, como a agricultura contribui e movimenta a população.

Contudo, antes de adentrarmos em tais quesitos, percebem-se dados importantes a serem considerados do Censo Agropecuário de 2017, como: escolaridade dos produtores (compreender as oportunidades educacionais que chegam até esse público), assistência técnica prestada no estabelecimento, a utilização de agrotóxicos, entre outros aspectos. Nesse sentido, podemos vislumbrar algumas informações pertinentes que nos traz mais detalhes do município, correspondente ao Censo Agropecuário 2017:

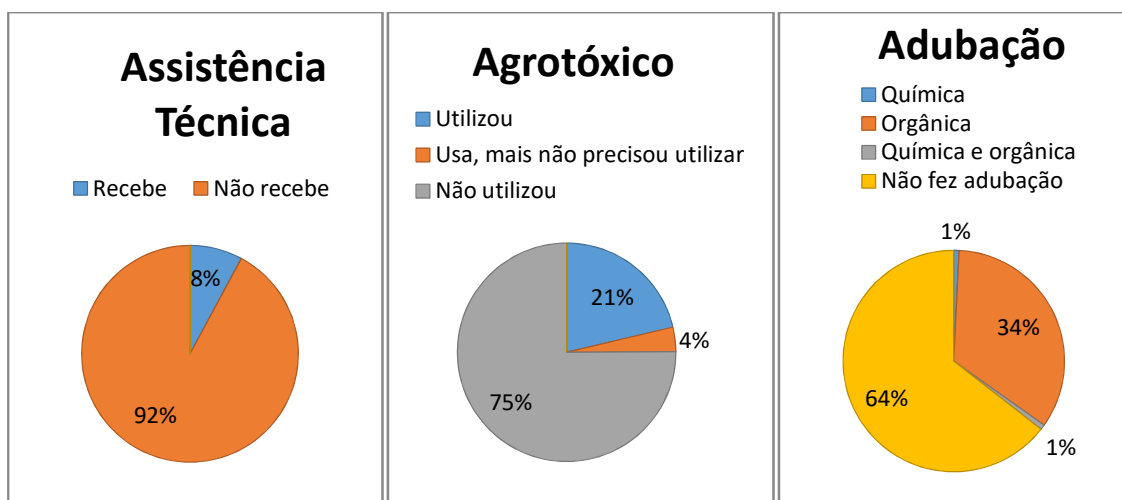
Gráfico 01: Escolaridade dos produtores

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017>

Também sabemos que o fator educação traz grandes significados numa pesquisa, pois auxilia no entendimento de quem são as pessoas, ou seja, a realidade vivida, a experiência obtida de cada sujeito. É de suma importância saber que o ensino superior, ainda que bem sutil, já aparece nas áreas rurais, momento de reflexão sobre as oportunidades, chegando a outras realidades e atestando que as políticas públicas é fator significativo e efetivo na vida da sociedade. Outrora, verificamos que a maioria dos produtores sequer terminava a primeira fase do ensino fundamental, onde conseguiram apenas serem alfabetizados, dando espaço a outras perspectivas do tempo vivido.

Também devemos nos ater a outras questões, relacionadas ao setor agropecuário, que nos trará perspectivas diferenciadas, de como se comporta esse setor no município. Logo, os conteúdos relacionados à assistência técnica, adubação, uso de agrotóxico, e financiamentos ou empréstimos realizados pelos produtores se fazem pertinentes nesse estudo, pois assim conheceremos a realidade que a “modernização” do campo trouxe até mesmo para os municípios de pequeno porte. Sendo assim, através dos dados do Censo Agropecuário de 2017, vislumbra-se a seguinte conjuntura:

Gráfico 02: Mostra as ações realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, no cultivo de sua produção.



[:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017)

Desse modo, compreendemos que o município não dispõe de informações ou uso de grandes tecnologias e também não obtêm assistência e acompanhamento necessário por parte de agentes ou órgãos especializados, demonstrando que os cultivos dos agricultores estão, em sua maioria, pautados na experiência adquirida ao longo do tempo. Podemos pensar que a falta de recursos pode ser um limite para um crescimento mais acentuado da produção, mas considerar também possíveis resistências por parte dos agricultores, pois o seu modo de produção sempre percorreu caminhos distintos dos que atualmente são utilizados.

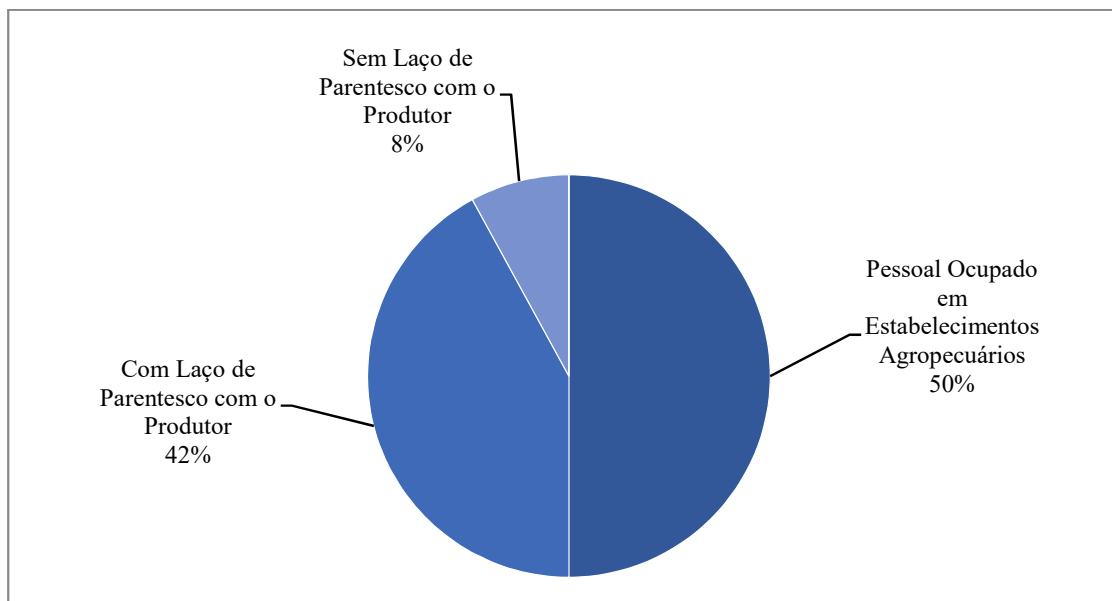
Diante disso, observa-se que 67 estabelecimentos agropecuários também realizaram financiamentos ou empréstimos, em sua maioria com a finalidade de investimento ou manutenção, tendo como fonte os programas governamentais de crédito ou outras fontes, sendo contabilizados ainda 200 estabelecimentos que não realizaram essa ação. Portanto, é importante salientar que os produtores desse município utilizam poucos meios de produção atuais.

No Censo Agropecuário de 2017, como anteriormente citado, foi criado novos questionamentos. A agricultura familiar¹⁰ surgiu, de forma resumida, fazendo jus às novas definições presentes atualmente, comungando com os mesmos aspectos descritos pelos sites governamentais, examinando a relação de parentesco do

¹⁰“A agricultura familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar.” (<http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/o-que-e-a-agricultura-familiar>)

peçoal ocupado que se encontrava no estabelecimento com o produtor e que não possuíam remuneração pelo trabalho desempenhado. No censo de 2006 não se fazia presente essa relação entre o parentesco dos trabalhadores no estabelecimento agropecuário, o que dificulta o estudo comparativo dos anos anteriores, mas que se julgou importante expor, como posto abaixo.

Gráfico 03: Pessoal Ocupado



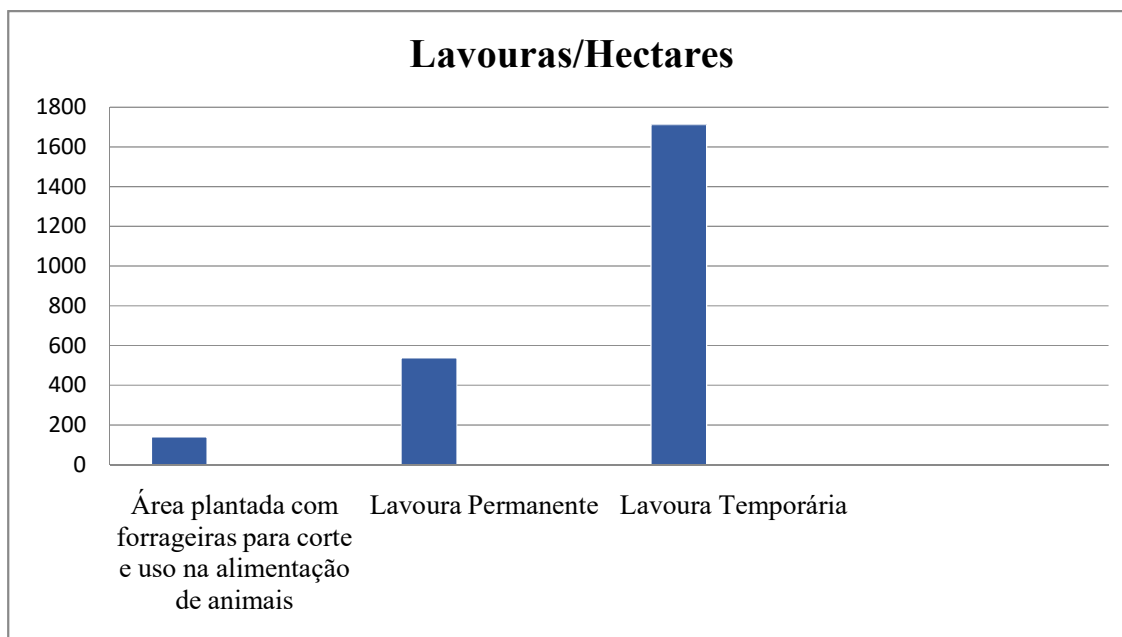
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017>

Do mesmo modo, se faz relevante atentarmos para a produção desses estabelecimentos antes descritos e suas particularidades, compreendendo também a já salientada metodologia dos censos agropecuários 2006 e 2017. Diante disso, analisar os dados também significa que a realidade diagnosticada, respeitando quesitos planejados previamente pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra no decorrer dos anos uma visão mais apurada, havendo assim um diagnóstico condizente com cada época que as informações foram colhidas.

Os estabelecimentos agropecuários do município de Logradouro em 2006 correspondiam a 5.115 hectares, sendo distribuídas em construções, benfeitorias ou caminhos, lavouras (permanente e temporária), matas e florestas, pastagens (sejam elas naturais ou plantadas), sistemas agroflorestais, tanques, lagos, açudes, e/ou área de águas públicas para a exploração da agricultura, e as terras inaproveitáveis para a agricultura e pecuária (IBGE, 2006). A exemplo de como estas terras estão distribuídas, se faz relevante apontar sobre as lavouras, já que a produção advém

dessa realidade, considerando as especificidades do censo 2006, mas de antemão refletindo com mais empenho a lavoura temporária.

Gráfico 04: Demonstra o quantitativo em hectares que a população utilizava para sua produção.



<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006cons>

A saber, na classificação das lavouras feitas pelo IBGE requer evidenciar que: lavoura temporária, de acordo com o órgão responsável, refere-se “cultura de curta ou média duração, que normalmente necessita de um novo plantio após a colheita”; e a lavoura Permanente é aquela que “constituída por cultura de longa duração, capaz de proporcionar colheita por vários anos sucessivos, sem necessidade de um novo plantio”. A lavoura temporária nesse sentido nos dá uma resposta mais significativa sobre produção, por se tratar de uma referência por períodos bem mais curtos (IBGE, 2006).

Por conseguinte, ainda sobre as lavouras temporárias, objeto de abundante interesse nesse estudo apontará os cultivos utilizados por esses trabalhadores, em seus respectivos estabelecimentos (próprio, arrendado, ou outra situação), bem como sua produção. No município de Logradouro, os agricultores costumavam plantar no período de referência (1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006), feijão (especificado abaixo), mandioca e milho, obtendo a seguinte produção:

Tabela 05: Produção anual

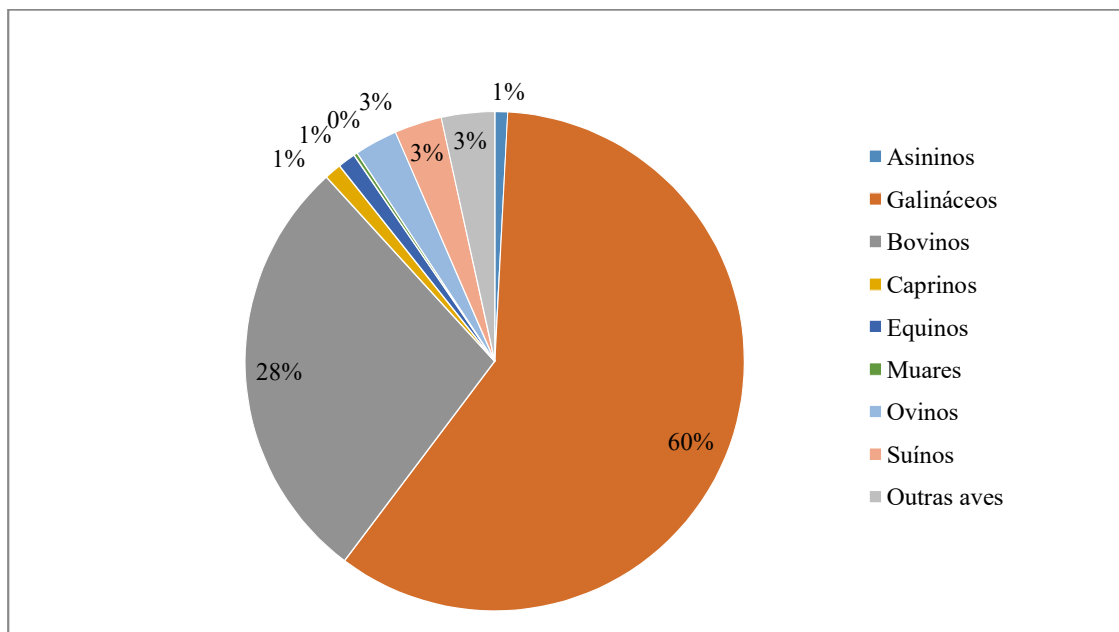
Cultivo	Quant. Produzida (T)	Nº de estabelecimentos agropecuários
Feijão/grão/cor	09	31
Feijão fradinho	447	238
Mandioca	81	17
Milho	3.165	234

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006>

O cultivo das espécies está relacionado principalmente à questão climática do local, como os agricultores não utilizam irrigação, ficam à mercê dos fatores climáticos também. Acresce que, como discorre Silva et al (2009), que toda a produção de culturas depende dos diferentes períodos do clima, pode ter desencontros em relação a sua interação, tendo em vista a distribuição e intensidade das chuvas. Nesse sentido, verificaremos também que o quesito seca/estiagem e inverno/chuvas, estão intimamente ligadas à situação dos agricultores dessa localidade.

Em suma, se faz relevante atentarmos sobre as atividades existentes, além da agricultura, como a criação de animais, que movimenta o campo, o setor rural. Inclusive a esses aplica-se algumas serventias, como o leite (vacas), ovos (galinhas), e outros animais que muitas vezes são utilizados para o trabalho no campo ou para venda, corte e etc. O município de Logradouro, respectivamente, a zona rural, está representado de acordo com o censo de 2006 da seguinte forma:

Gráfico 05: Efetivo de rebanho por cabeças



<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006>

Com efeito, os bovinos e os galináceos se destacam no quesito quantidade, como também de utilidade para essas pessoas, pois os fatores sociais, econômicos são mais favorecidos para estas atividades. O quantitativo produzido através dessa atividade, das espécies animais supracitados, é utilizado como fonte de renda, através da venda de ovos e leite, que se faz destaque nos dados do censo 2006. A produção de ovos está avaliada em média de 7.000 dúzias anual, sendo destinada para venda, em torno de 2.000 dúzias. Quando ao leite, este está avaliada em 340.000 litros em 2006, sendo vendido em torno de 278.000 litros de leite cru; a produção desse leite é coletada e vendida nas cidades vizinhas (no município, Caiçara/PB e Nova Cruz/RN).

Voltando a produção agrícola, acrescenta-se que além dos dados dos censos 2006 e 2017, o IBGE mantém suas pesquisas atualizando as realidades anuais de produção. Desse modo, é importante frisar, que a produção agrícola vai ter mudanças no que foi cultivado anualmente. Exemplificando: em 2007, no quesito lavoura temporária, foi cultivado milho, feijão, batata doce, mandioca e fava. Bem como, se analisarmos os dados anteriores vamos nos deparar com a produção de algodão herbáceo, que foi cultivado longos anos no município, em média de 2004 a 2006, voltando em 2008, depois em 2010, sempre numa proporção bem inferior aos anos de grande produção.

Com efeito, no ano de 2017 no censo agropecuário, temos uma realidade com uma diversidade de cultivo que se faz importante ressaltar. Os estabelecimentos agropecuários, em suas lavouras temporárias, foram produzidos jerimum, amendoim, cana de açúcar, cana de açúcar forrageira, fava, feijão de corda, fradinho e preto, mandioca, melão, sorgo, tomate rasteiro e palma forrageira, alguns cultivos com produção bem significativa, outros de forma ainda bem tímida, apenas para o consumo. Em vista disso, os dados da produção agrícola nesse período (1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017), configuram-se da seguinte forma:

Tabela 06: Produção anual

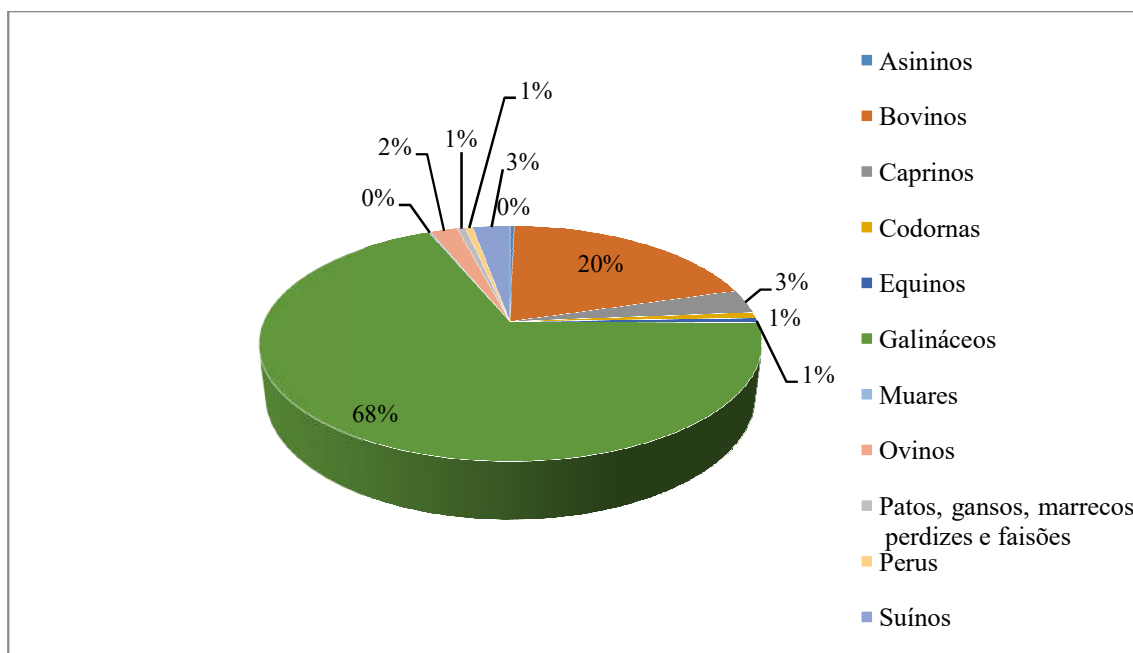
Cultivo	Quant. Produzida (T)	Nº de Estabelecimentos agropecuários
Abóbora, moranga, jerimum	05	32
Amendoim com casca	–	01
Cana de açúcar	–	01
Cana de açúcar forrageira	–	01
Fava	04	83
Feijão corda	01	09
Feijão fradinho	11	113
Feijão preto	05	06
Mandioca	12	46
Melancia	–	07
Melão	–	02
Milho	57	173
Milho forrageiro	42	15
Sorgo forrageiro	32	03
Tomate rasteiro	–	01
Palma forrageira	176	28

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017>

Diante disso, verificamos uma diversidade de cultivos, mesmo que nem todos tenham uma produção tão significativa. Onde também podemos observar que neste ano de 2017, a produção anual não teve o mesmo desempenho que no censo anterior supracitado. Dessa forma, é imprescindível compreender que os fatores que fizeram que essa realidade fosse construída podem ser climáticos, mas também social e econômico. Possivelmente as pessoas conceberam outra visão da agricultura, do que dava para plantar, o que pode estar relacionado a falta de recursos, investimentos, ou quiçá pela dificuldade de sobreviver com o que se adquire da terra. Observa-se que, pela quantidade de produtos cultivados, divididos em pelos estabelecimentos agropecuários, poucos produtos poderiam integrar uma economia de mercado mais ampla.

A pecuária no município de Logradouro em 2017 tem pontos divergentes de 2006, desde o quantitativo de animais, bem como suas espécies. Onde podemos observar que o predomínio ainda são galinhas e bovinos, sendo que de 2006 a 2017 os bovinos tiveram uma redução de sua criação de 8% e os galináceos tiveram esse percentual positivo. Mas também, devemos considerar os benefícios que esses animais em destaque trazem para os estabelecimentos agropecuários, com a produção de ovos e leite. Esta localidade, no quesito criação de animais, destaca-se da seguinte forma:

Gráfico 06: Efetivo de rebanho por cabeça



Dessa forma, a produção desses animais presentes nesses estabelecimentos agropecuários se apresentava, anualmente (considerando o período de referência) assim: o leite de vaca produzido estava em torno de 644.000 litros, em 133 desses estabelecimentos, possuindo 493 vacas ordenhadas; os galináceos, mais especificamente as galinhas poedeiras, tinham uma produção em torno de 17.000 dúzias, correspondendo a 171 estabelecimentos. Podemos observar que houve uma considerável elevação ao tratarmos desses animais em 2017, mas também algumas diferenças nos quesitos mencionados, pois em 2006 se fazia separação do quantitativo que tinham vendido.

Aqui, buscou-se discutir essas configurações do período recenseado, mostrando desde sua situação em relação às terras, e principalmente sua produção, mas abordando outros quesitos, como educação, criação de animais, entre outros. Nesse sentido, as próximas linhas aqui presentes, estarão ligadas a metodologia geral utilizada na pesquisa e entrevistas realizadas com alguns agricultores do município de Logradouro que vivenciam estas realidades discutidas, discorrendo de suas dificuldades, oportunidades, produção, necessidades, entre tantas outras situações que se apresentam no dia a dia.

CAPÍTULO III – LOGRADOURO PELA VOZ DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS: O ESPAÇO RURAL EM PERSPECTIVA

Neste capítulo está presente a fala de alguns agricultores, que representam as realidades por eles vivenciadas. O capítulo II trouxe dados de todo o município, recortes de 2006 e 2017, de acordo com os censos agropecuário, florestal e/ou aquícola, e a partir desses dados inserimos os relatos dos trabalhadores dos sítios Malhada e Braga II, relacionando a pesquisa do IBGE com o que esses trabalhadores e trabalhadoras vivenciam. Contudo, apesar de não abarcar todo o município na pesquisa de campo, foi possível esboçar como se constitui a vida diária da maioria dos pequenos produtores dessa localidade.

3.1 – Era possível sobreviver trabalhando unicamente na agricultura?

A princípio, enfatizamos a questão da escala temporal, para que rememorassem suas vivências dentro do recorte estabelecido nessa pesquisa. Assim, nos seus relatos orais, nota-se essa ênfase aos anos passados, esclarecendo fatos ocorridos. Ao serem questionados sobre a sobrevivência no campo, se dava para viver trabalhando unicamente na agricultura, obtivemos os consecutivos retornos¹¹:

“[...] dava, num dava cem por cento” **(Entrevistado 01)**. “Antes dava, por que o inverno era certo, era correto. Tinha como plantar, quando chegasse em janero podia plantar, por que era certo, nesse tempo já tinha gente “incamano lerão” **(E. 02)**. “A dificuldade que eu vejo para a agricultura é o inverno, que é fraco. A gente pranta não dá nem prá cumé. Pranta milho, fava, feijão, batata. Tem ano que não dá nem prá cumé. Teve tempo melhor, já faz uns 4 ou 5 anos que tá pior” **(E. 07)**. “A diferença é que não precisava ficar aguano como agora. Os inverno era melhor, vem ficando mais escasso. Assituar lavoura agora é maidifice” **(E. 09)**.

Diante do exposto, observa-se que os entrevistados vêm colocando as suas dificuldades acerca da sua realidade, que com o passar dos anos, foi intensificando os percalços, e como ressaltam que hoje, mesmo fazendo os cultivos, os mesmos

¹¹ Optamos por apresentar alguns diálogos de forma agrupada, já que apresentam um mesmo sentido. No entanto, diferencia-se as falas pelos números de referência (cada entrevistado tem um número): Entrevistado 01 (E. 01), consecutivamente.

não conseguem sobreviver e dedicar-se unicamente a agricultura. As chuvas escassas são colocadas como um dos fatores mais alarmantes, pois, de acordo com a maioria deles, no período de referência (escala temporal), já não chovia como antes. De acordo com Silva et al (2009, p. 455) esse intenso problema na Paraíba, justifica-se:

As estiagens prolongadas ou as chuvas em excesso por períodos seguidos, em várias partes do mundo, incluindo a Paraíba, estão associadas aos fenômenos de escala global, como o El Niño e La Niña, que afetam a circulação geral da atmosfera.

Em contraponto, percebe-se que Emilia Moreira e Ivan Targino (1997, p. 205 e 206), na obra *Capítulos de Geografia Agrária*, traz em sua discussão abordagens sobre essas estiagens, especificamente no Nordeste, correlacionando que a pobreza, falta de recursos e os meios naturais influenciam diretamente no campo e nas atividades advindas dele, mas frisando a capacidade de criar outros artifícios que o homem possui. Ainda, no referenciado trecho, os autores completam que no estado da Paraíba, que não se diferencia do restante do Nordeste, as saídas encontradas para cessar esse problema, se restringiam a acumulação de água. E mais, essa acumulação de água acontecia nas propriedades privadas, sem sequer observar que existiam lugares propícios para irrigação. Apesar da fala está atrelada há tempos mais remotos, verificam-se essas permanências entre seca e ausência de planejamento/recursos para o desenvolvimento da agricultura em locais com chuvas mais escassas, tanto do poder público como também dos agricultores.

Quando pensamos, por exemplo, na possibilidade de irrigação, o município de Logradouro, apesar de pequeno porte, apresenta números baixos. De acordo com o censo agropecuário de 2017, Logradouro possuía 26 estabelecimentos com área irrigada, sendo contabilizados 16 hectares, equivale a menos de um hectare por estabelecimento. No qual em 2017, dispunha de três mil cento e oitenta e sete hectares, distribuídos nos estabelecimentos, ou seja, a parcela de terras irrigadas é insignificante, representando menos de 1%.

Por outro lado, quando os entrevistados narram que hoje eles precisam estar “aguano”, se refere ao uso de agrotóxicos, pois também acreditam estar mais difícil trabalhar em suas lavouras, sem o uso de algum defensivo. Sendo que de acordo com os dados do IBGE (2017, p. 35) apresentados para o município, a parcela de

produtores que utilizam agrotóxicos, adubos ou recebem assistência técnica é irrelevante.

3.2 - Os filhos seguiram o mesmo caminho?

“Não. As minhas três filhas procuraram outro trabalho, não é na agricultura **(Entrevistado 15)**. “Seguiram, a merma coisa. Uns e outros não. Teve outros que foro simhora, e num trabaiou mai na agricultura não. Ai arranjou profissão, e ainda hoje trabaia prá banda de lá. Foi simhora pró Rio de Janeiro e lá começou a trabaia, aprendeu a profissão, e ainda hoje veve da profissão dele. Deixo a agricultura” **(E. 14)**. “Trabalha prós outros, nas terras dos outros, nem roçado bota” **(E. 13)**. “Rapai, muitos procuraram outros caminho, procuraram trabaia em firma, a agricultura não tá dando mai como era antigamente” **(E. 10)**. “Procuraram mai trabalho em obra” **(E. 09)**[Grifo nosso]

Diante dos relatos, percebe-se que as opções são outras, encontramos relatos de pais que hoje tem seus filhos trabalhando para a construção civil (como eles dizem: “firma/obra”), outros seguiram outros caminhos, até mesmo pela oportunidade de estudar, que comparando aos tempos dos “pais” existe uma facilidade considerável, principalmente tratando-se da localidade estudada. Fazendo referência a educação, como demonstrado anteriormente, no censo de 2017 passou-se a investigar sobre o nível de escolaridade dos produtores, item que não foi investigado em 2006.

Referenciando ainda o censo agropecuário de 2017, vamos perceber que o município conta com 3% dessa parcela da população, que já ingressaram no ensino superior. Podemos aludir essas novas perspectivas as políticas públicas criadas nos anos 2000, trazendo novas oportunidades para as classes sociais menos favorecidas. Contudo, o outro fragmento desses “filhos” que partiram, muitas vezes de suas terras para buscar trabalho em outras regiões, esse contexto atrela-se também aos fluxos migratórios e concentração de terras nas mãos de poucos.

A brecha das “outras possibilidades” não abarcara em todos os períodos, pois percebemos que os pais que possuem seus filhos trabalhando na construção civil, ou no campo, são as pessoas com idade mais avançada. Aos pais mais novos, os filhos alcançaram outras realidades, como maior viabilidade ao estudo, até mesmo pela criação de políticas públicas e programas governamentais (Programa Bolsa Família).

Provavelmente, a não continuidade na agricultura, pode associar-se a falta de investimentos, incentivos, reconhecimento, que proporcione outras visões do trabalho no campo, já que nesse espaço, a labuta com o solo, roçado, possui um caminho de preconceitos e está muitas vezes atrelada a pobreza, a falta de oportunidades, de que esses indivíduos não conseguiram algo melhor. Viver no campo passou e passa ainda pela percepção de atraso, de pessoas sem nível educacional, da história de secas e pobreza, e isso possui raízes históricas, principalmente no Nordeste.

3.3 - Sindicato, Prefeitura, Emater: como atuavam?

O intuito de trazer essa relação de fontes contribui para o cruzamento de informações, compreendendo a visão de ambas as partes envolvidas nesse mundo rural, como veremos nos relatos orais dos produtores e alguns elementos citados por representantes da Emater e ficha cadastral fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Nesse quesito, devido à pandemia, como já citado, ficaremos com alguns ensejos, para seres desenvolvidos em outro momento, uma vez que se pretendia ir a associações, secretaria de agricultura, buscar mais materiais para compor esse estudo. Diante disso, abordaremos inicialmente a narrativa dos entrevistados, sobre como essas entidades trabalham para atender seu público alvo:

“um trator pra cortá a terra, né!... eu ando poco, pro lado da Emater, mai eu vejo fala que vem os feijão, as sementes”(E. 01).“Até aqui não tem comunicação, como a gente fai, com esse negócio da seca não”(E. 02).O município dá o trator pra cortar a terra. Somente!” (E. 03). “Aí nesse caso, eu não posso dizer nada, a gente vê como que é, aí eu nem procuro” (E.05). “Eles falaram que a gente tem que aproveitar o período das chuvas, mais a gente depende do trator da prefeitura para cortar as terras, aí a gente acaba plantando fora do tempo” (E. 07). “A Emater só a simente. E o sindicato só pra aposentadoria” (E. 08). “O sinicate também, não dá suporte a agricultura. A Emater é ainda quem dá um suporte, libera uma semente, as vezes, negócio de empréstimo também prá pessoa comprar, um bicho, uma vaca. Ai é onde eles chegam, o planejamento da Emater”. (E. 15)[grifo nosso]

Sob esse ponto de vista, percebe-se que as explicações são as mesmas, onde a prefeitura dá suporte com o corte de terra, a Emater com as sementes e o

sindicato com a aposentadoria. Sendo assim, percebe-se um caráter mais assistencialista e, na fala dos trabalhadores (e expressão), há certa insatisfação, quadro que pode ser alterado com o comprometimento desses órgãos para com os pequenos produtores, buscando alcançar outras necessidades dos mesmos, principalmente no que concerne a orientação.

Em contraponto, o técnico há muito tempo responsável pela Emater, retribuiu alguns questionamentos, apresentando projetos que a mesma realiza. Inicialmente, declarou que “trabalham com a ficha da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que dá direito ao produtor os projetos que venham a ser desenvolvido”, como exemplo, tem o “Garantia Safra¹²” que origina pagamento aos agricultores, garantindo condições mínimas de sobrevivência em situação de seca ou enchente, programa de âmbito federal, mas que necessita dessa regulação com cadastro junto a Emater.

Em suma, o técnico supracitado também relatou que todo produtor necessita manter a DAP sempre atualizada, para possíveis empréstimos, se necessitar de declaração para INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), projetos do PRONAF como compra de terra, gado, pastagens, entre outros. Elencou também o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), utiliza produtos da agricultura familiar, obrigatoriamente 30% para ofertar nas escolas, comprando diretamente no município. Segundo o mesmo, é feito o levantamento de preços e levado a prefeitura, sendo encaminhado para o processo de licitação, cabendo então ao agricultora manutenção de dados atualizados. Também informou sobre as sementes, distribuídas anualmente, oferecidas pelo governo estadual.

Por fim, mencionou o Projeto Dom Helder Câmara¹³, criado em 2001, com uma segunda etapa em 2014, que “busca reduzir os níveis de pobreza e desigualdade”, destinado a região Nordeste, que colabora com a inserção dos agricultores nas políticas públicas em todas as esferas. Assim, observamos relatos orais, com visões diferenciadas, pois apesar de existirem projetos, ou iniciativas, isso não significa que dê cobertura a todas as carências, bem como, prestar assistência após o recebimento dos recursos.

¹²<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/05/garantia-safra-agricultor-consultar-beneficio-pela-internet>

¹³<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/primeira-etapa-de-pesquisa-sobre-o-projeto-dom-helder-camara-e-finalizada>

Em relação ao poder público municipal, como mencionado por todos os entrevistados, é que prestam assistência no período de chuva, com a utilização de tratores e máquinas, para auxiliar os trabalhadores em suas plantações e escavação de açudes. Apesar de o PNAE ter parceria com prefeitura e Emater, o público ouvido para esse estudo não dispunha dessa informação. Além da população, não foi possível ouvir algum responsável que representasse a Prefeitura, fora a pandemia, tivemos as eleições municipais, que dificultou o acesso a pesquisa.

Em relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tivemos acesso à ficha cadastral dos trabalhadores rurais, que consta os dados pessoais e o acompanhamento mensal da taxa quitada. As informações prestadas pela secretária (por que o presidente não se encontrava) foi que existem muitos projetos em parceria, inclusive com a prefeitura, mas não houve aprofundamento.

Nesse sentido, concluí-se que apesar de existir projetos, ou até casualmente existir incentivos que alcance parte da população, como supracitado no censo 2017 (p.35) que demonstrou que 67 estabelecimentos do município adquiriram empréstimos ou financiamentos, um percentual em média de 25% (configurando um número não tão significativo), ainda não atende outras necessidades elencadas pelos trabalhadores do município, que se posicionam de forma negativa, ao tratar das ações realizadas em favorecimento de sua classe trabalhadora.

3.4 - “Ah! A vida do agricultor, do pequeno agricultor como a gente fala, é sofrida”¹⁴.

A reflexão proposta, sobre a vida dos agricultores das localidades de Malhada e Braga II, propõe uma observação constante sobre seus anseios, visto que o município, ainda não possui uma grande produção da agricultura familiar ou orientações/programas que supra a maior parte das necessidades postas pelos agricultores e agricultoras. Entretanto, aqui buscaremos frisar também outras perspectivas, a exemplo dos agricultores que vendem sua força de trabalho a terceiros no meio rural, visando complementar sua renda, mesmo quando plantam em terras próprias ou de terceiros.

¹⁴ Trecho que faz referência a fala do entrevistado 15: “Ah! A vida do agricultor, do pequeno agricultor como a gente fala é sofrida. É muito sofrida, porque o agricultor depende do inverno. E nesses anos, de 2011 prá cá, num tem chovido quase nessa região, as chuva é muito poca. Então é uma vida sofrida, por que as vezes a pessoa, arruma um poco prá cumer, pró consumo de casa.”

Através de análises dos censos agropecuários 2006 e 2017, percebemos que há algumas modificações em relação à metodologia utilizada, onde houve acréscimo e retirada de alguns questionamentos, mas que se faz pertinente a esse esboço. Em relação ao parentesco, observamos que 42% da população rural que desempenha atividades nesse setor, são da mesma família. Nas entrevistas realizadas, 40% do público são mulheres, onde as mesmas sempre desempenharam suas atividades, junto à família. Com efeito, pontuaremos a seguir, algumas opiniões em relação a inserção de maquinários/ferramentas ditas “modernas” no município e que impactam as relações de trabalho tradicionais conhecidas por esses agricultores que trabalham também fora de suas propriedades:

Modernização: “atrapalha, no meu ponto de vista, por que ganhava um dia de siviço e tendo maquina, já não vai trabaiá né! Pó pequeno, limpava um mato, roçava um cercado” **(E. 01)**. “É por que antigamente, nesse tempo o agricultor tava arrancano toco dos donos de fazenda, num tem cuma mai, que os trator arranca. Ai pro caba, não tem siviço mai. O pessoal da agricultura sofre muito com isso aí” **(E. 02)**. “É mais difíce, por que antigamente as pessoa, brocava mato, limpava mato, prantava. Hoje em dia é tudo em trator” **(E.11)**. [grifo nosso]

Visto que esses agricultores não sobrevivem apenas do que plantam/vendem em suas propriedades (e as vezes nem possuem terras próprias para cultivo) e tem acesso a máquinas ou outros instrumentos na propriedade de outros, os seus relatos estão sempre relacionados aos agravantes que desfavorecem as suas necessidades de trabalho. O trabalho no campo, nessas localidades possui dualidades, pois o pequeno agricultor, além de seus roçados, necessita trabalhar para outros, garantindo assim a subsistência de toda a família, esse trabalho, intitulado como “trabalho alugado”, Costa e Costa Silva (2017, p. 767) discorre que:

A maneira como os indivíduos se autodenominam e se reconhecem dentro de seus grupos não necessita, necessariamente, de reconhecimento e aprovação por outros grupos externos. Quando se trata dos mundos do trabalho, as autointitulações e as vivências no labor originam relações de diferenciadas e que só adquirem sentido quando inscritas em um determinado espaço e tempo.

Diante disso, percebe-se que o produtor assume essa característica para desenvolver mão de obra, onde os serviços feitos apenas nos seus

estabelecimentos já não cumpre mais o encargo de garantir a subsistência. Além disso, seu conhecimento e habilidades influenciam e auxiliamos serviços que são oferecidos pelos empregadores na região, desempenhando funções em todos os setores rurais. Cabe frisar também que tais atividades não se inserem, em sua maioria, no trabalho formal.

Essa preocupação com a subsistência também pode ser percebida nos censos 2006 e 2017, quando entes se encarregam de apontar dados que compreende a produção de ovos de galinha caipira, no qual a venda desse produto é menos de 50% do valor total. Assim, a existência das vendas dos produtos produzidos no estabelecimento, parte do pressuposto que é o excedente. Ao mesmo tempo, em relação a alguns produtos cultivados, observa-se que mesmo quando o agricultor tenta competir no mercado com seu produto excedente, não encontra valores que compense o processo produtivo empregado:

É praque agricultura aqui, é um mei de vida que o governante, o prefeito, o governante não dão valor a agricultura. Num dá valor né. Se por acaso o governo desse valor a agricultura do pequeno, mandasse um dinheiro, pra empréstimo com os júri baixo, e coisa e tá, podia ser até que a agricultura miorasse né. Mai do jeito que é, o freguei disser que vai viver da agricultura, vai morrer de fome, num tem condição não, praque se por acaso ele vai trabaiá, arranja um feijão, uma coisa, quando vai vender é desgraçadamente não dá pra nada, num tem futuro. Ele num tira a despesa do roçado que fei da agricultura. Ele num vai tirar a despesa não que tem, num dá não. Num tem lucro não. É por isso que a agricultura num vai pá frente de jeito nenhum, praque ninguém que trabaiá na agricultura, prá que? Se por acaso, quando pranta o feijão é caro, prá prantá, quando dá, é de graça, ninguém quer. Aí num vai de jeito nenhum. **(E. 14)**[grigo nosso]

Diante do relato do agricultor, compreendemos como este já não vislumbra meios que possibilitem situações positivas ao exemplificar as dificuldades que enfrentam em todos os sentidos, sejam elas econômicas, sociais ou físicas, acreditando que é melhor comprar fora do que plantar, por que pelo preço que vende não compensa, uma vez que o processo produtivo é demorado. O E. 14 relata os impasses que a falta de chuva, acarreta para a região, frisando a escassez até das frutíferas:

Atrapaiou de mai, homi. É praque antes a seca, nos ano escasso, era menos de que hoje. Praqe hoje, molhou a terra, em 2011. De 2011 prá cá num molhou a terra mai não. É! Ai acontece que, propriamente um bocado de pranta que o freguei, se prantá perde, o inhame num dá, com o inverno do jeito que tá. O feijão

mulatinho num dá, propriamente o milho esse, que o povo prantaro e perderam quase todo, que num deu por causa da seca. Naquele tempo, fazia um ano escasso, um ano, doi, mai cinco, seis, oito, dei, era bom. Propriamente as aves tão morrendo, que num tem. Aqui num deu mai caju, num deu mair manga, aqui num deu mair nada. É! Deu em 2011, de 2011 prá cá, num deu mair não. É!o Rio nunca mai butou cheia, o riacho nunca mai desceu com água, nem nada. É! Agricultura aqui pró nosso lugar acabosse, ninguém vê nem falar, tá acabada.(E. 14)[grifo nosso]

Nesse sentido, vislumbramos como a agricultura está acontecendo nessas comunidades, dependendo única e exclusivamente do período de chuva e estiagem, com os recursos escassos, onde os mesmos não possuem. Ainda, segundos os entrevistados, parte de tudo que hoje é consumido em suas casas, são oriundos de compra.

Assim, fica o questionamento de como fazer a agricultura ganhar mais visibilidade e obter êxito no município, com incentivos e projetos que se adeque a situação desses produtores de pequeno porte, já que os fatores climáticos somente não devem determinar toda a conjuntura no campo de um município. O E. 15 no mesmo sentido do E. 14, supracitado, quando discorre do barateamento das mercadorias, oferta e procura pontua:

A maioria dos alimentos é tudo comparado, por que a produção é poca. Além da gente, a agricultura dessa região, se a gente for pegar, uma comparação: “o milho mermo, no tempo da safra da gente, quando todo mundo planta, e pega o tempo da bunecagem dele, pega um tempo de chuva, que dá mais um poco, uma saca é 35, 40 reais. Ai quando passa aquele tempo que a gente vai comprar, aí é 60, 70 reais”. Ai as vezes, a pessoa não vai gastar, nem esforçar demais, para fazer uma área grande, uma área maior pra prantar milho, por que num dá resultado. Por que no tempo que a gente tem o produto o preço é lá em baixo, aí só dá preço, no tempo em que a gente não tem o produto. Ai a gente não tem como armazenar, prá vender no tempo que tá em falta. Ai por isso que a pessoa, prá fazer esforço pra prantar uma área maior, prá arrumar mai, não recompensa, por que quanto mai você arrumar, mai o preço é lá em baixo. (E. 15) (grifo nosso)

Em síntese, as falas dos entrevistados nos dizem muito, apesar de que esse trabalho, caso houvesse se desenvolvido como projetado inicialmente, antes da pandemia, traria um quadro mais completo das diversas realidades do campo no município. De toda forma, esse ensaio buscou compreender esse possível

retrocesso, entender os caminhos que os pequenos agricultores, que em sua maioria, nem quantidades aceitáveis de terra própria possuem para produzirem os seus cultivos. Dialogar com alguns deles, nos faz compreender que muito precisa ser feito, além de perceber que questões econômicas, sociais e naturais se apresentam nesse debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já assinado ao longo desse trabalho, tínhamos a pretensão inicial de realizar uma pesquisa ampla com os trabalhadores e trabalhadoras do município de Logradouro – PB, buscando compreender e, sobretudo, colocar em questão a aparente retração das atividades agrícolas no município, trazendo assim a visão dos próprios atores sociais, confrontando ou relacionando a dados fornecidos principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos Agropecuário, florestal e/ou aquícola de 2006 e 2017.

Devido ao quadro da pandemia mundial do COVID-19, nossas pesquisas ficaram restritas aos sítios Braga II e Malhada o que, apesar de não atender o interesse inicial totalmente, nos ajudou a observar com mais clareza a realidade de homens e mulheres do campo. Assim, ao todo, através de questionário semi estruturado, se entrevistou 6 mulheres e 9 homens, totalizando 15 agricultores. Ainda, se utilizou informações fornecidas pela EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Refeito esses caminhos da pesquisa, podemos enfim considerar que, pelos menos como demonstra os dados dos referidos censos de 2006 e 2017, apesar das alterações na metodologia empregada, que houve mudanças significativas nos hectares plantados e nos produtos cultivados entre anos estudados (à exemplo: o ano de 2017 apresentou a multiplicidade de cultivos, em quantidade pequenas quando pensado no número domicílios envolvidos na produção de determinado item, indicando uma produção mais voltado para o consumo), o que se aplica também ao criatório de animais. Ao mesmo tempo, podemos perceber que o município abriga pequenos proprietários de terras, com estabelecimentos que não permitem a produção em grande escala, dependendo sempre da terra de terceiros até em outros municípios próximos. Sobre esses agricultores e agricultoras, os dados nos indicaram para a baixa escolaridade daqueles que desenvolvem suas atividades no

campo, o parentesco, o pouco uso de agrotóxicos e o escasso auxílio técnico a esses trabalhadores, entre outras informações.

Quando em dialogo com os relatos orais colhidos, tais dados fornecidos pelo IBGE se complementam e proporcionam também a ampliação dessa discussão, afinal, o que vem ocorrendo com a agricultura no município? Os entrevistados nos apontam as dificuldades concernentes a fatores naturais (pouca chuva para “molhar a terra”), a ausência de comunicação e de políticas que discutam outra forma de trabalhar diante do clima mais árido, do solo mais seco, que apresente inovações eficientes, respeitando as particularidades de cada indivíduo/localidade, para serem empregadas. Se antes as práticas e trabalho no campo eram passados geração após geração, já se observa mudanças nas falas dos entrevistados, onde esses que também indicam que se for pra viver só da agricultura, se morre de fome. Quando tentam vender o excedente de suas produções, encontramos também indivíduos insatisfeitos com a concorrência no mercado, já que o trabalho do processo produtivo não é compensado pelos lucros.

Por fim, acreditamos que mais que confirmar uma tese, conseguimos apresentar um panorama de transformações da agricultura do município de Logradouro que não está ligado a um único fator, mas que se enquadra em um conjunto de interlocuções do social, das estruturas econômicas mais amplas, da ausência de um olhar mais cuidadoso dos poderes públicos, entre outros, visando, sobretudo, criar outras estratégias para se trabalhar com as adversidades climáticas ou de outra ordem. Dessa forma, espera-se ter contribuído com as discussões envoltas nos territórios rurais e que outras pesquisas surjam a partir dessas linhas narradas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra. SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais**. Uberlândia: Sociedade & Natureza, 2008.

ALVES, Maria Cristina S. de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Ituiutaba, MG: Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, Anais Eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História, 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1ºEd. 1963. p. 65.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Manual do Recenseador CA – 1.09 A**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf

Acesso em 05 de Maio de 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Manual do Recenseador CI – 1.09 A**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1131.pdf

Acesso em 10 de Março de 2020.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. Relato de uma pesquisa de campo qualitativa segundo os propósitos da geografia humanista. In: **Seção II - Ensino de geografia: dimensões teóricas para reflexão e auxílio à prática em sala de aula**. Ilhéus: Editus, 201.

COSTA, Lidineide V. da. SILVA, Lenilma V. da C. **O “Trabalho Alugado”:** **Definições e condições do labor pelos homens do campo de Logradouro – PB**. II Semana de história & II Ciclo de debates sobre história do trabalho. Guarabira: UEPB/Campus III, 2017.

Definição de aquícola. **Dicio – Dicionário online de português**, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aquicola/>. Acesso em 04 de outubro de 2020.

FERREIRA, Denise de Sousa. **Aspectos da questão agrária na Paraíba: ocupações, assentamentos e impactos territoriais da reforma agrária (1984 a 2013)**. João Pessoa: UFPB, 2016, p. 16.

Garantia Safra. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/05/garantia-safra-agricultor-consultar-beneficio-pela-internet> Acesso em 24 de Novembro de 2020.

GONÇALVEZ, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru, SP: 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/panorama> Acesso em 21 de Novembro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> Acesso em 21 de novembro de 2010.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Ano 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006cons>. Acesso em 20 de novembro de 2019.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Ano 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2006> Acesso em 10 de novembro de 2019.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Ano 2017 – resultados definitivos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/logradouro/pesquisa/24/76693?ano=2017> Acesso em 30 de novembro de 2019.

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Fortaleza: Rev. Econ. NE, v.45, 2014, p.72/73.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. João Pessoa: A União/Superintendência de Imprensa e Editora, 2013.

MENDES, Constantino C. *et al.* **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno.** Rio de Janeiro, abril de 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf Acesso em 15 de novembro de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 21ª edição, 1994.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida N. (Orgs.). **O Brasil Republicano – Vol. 3: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

MOREIRA, Emilia. *et al.* **Estruturação do território municipal paraibano: na busca das origens.** João Pessoa: Cadernos de logepa, v.2, n. jul – dez 2003, p. 81/93.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Estudos avançados, 2001, p.190.

PAGANI, Edina Fernanda. **Regularização fundiária: estudo de caso na “praia do lixo” localizada no município de São Francisco do Sul/SC.** p. 29, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197432/TCC%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 30 de setembro de 2020.

Prefeitura de Logradouro. **Sobre Logradouro.** Disponível em: <https://www.logradouro.pb.gov.br/historia/> Acesso em 25 de novembro de 2020.

Projeto Dom Helder Câmara. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/primeira-etapa-de-pesquisa-sobre-o-projeto-dom-helder-camara-e-finalizada> Acesso em 25 de Novembro de 2020.

SANTOS, André Filipe P. Reid dos; AZEVEDO, RosalyStange. **Camponês e agricultor familiar: mesmos sujeitos?** Londrina: Geografia, v. 26. nº. 2. p. 58 – 77, jul/dez, 2017.

SIDRA. Sistema IBGE de recuperação automática. **Censo agropecuário 2017. Resultados definitivos. Notas técnicas.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 22 de junho de 2020.

SILVA, Lindenberg L. da et al. **Influência das precipitações na produtividade agrícola no estado da Paraíba.** Revista brasileira de engenharia agrícola e ambiental. Campina Grande/PB: UAEA/UFCG – www.agriambi.com.br. v. 13, n. 4, p. 454 – 461, 2009.

SILVA, Lindenberg L. da. et al. **Influência das precipitações na produtividade agrícola no Estado da Paraíba.** Campina Grande/PB: UAEA/UFCG. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, 2009.

Vitrine da Agricultura Familiar. **O que é Agricultura Familiar?** Disponível em: <http://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/o-que-e-a-agricultura-familiar>. Acesso 20 de setembro de 2020.

APÊNDICE

Entrevistas com os agricultores do Sítio Braga II e Malhada

Escala temporal/2006/2017

Quero que relatem um pouco da vida como agricultores?

É possível sobreviver trabalhando apenas na agricultura. Isso já foi possível, vocês lembra em qual período, isso ocorreu?

Os filhos de vocês seguiram o mesmo caminho, trabalham na agricultura, ou procuraram outras realidades? (Migraram ou moram, onde?)

O que vocês vêem como problema para que a agricultura cresça no município?

A questão do trabalho alugado?

A questão da seca atrapalha como vocês lidam ou lidavam com essa problemática?

São mais prolongadas?

Como o sindicato trabalha no auxílio a vocês agricultores? Quais os benefícios que vocês têm?

Como o município reage a essa situação (programas, EMATER)?

Como ficou a agricultura depois da modernização do campo? Por que comprar ao invés de produzir?

Circulação de mercadorias (milho, feijão, batata doce, macaxeira)

Fruta?

Trabalhadores

Perfil do município (Aposentados, Funcionários públicos, e programas sociais)

**FICHA DO AGRICULTOR/SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
LOGRADOURO**

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LOGRADOURO - PB
FICHA DE ASSOCIADO

RURALS DE LOGRADOURO Nº 920
FIADO A ET
ONIS

NOME _____
 FILIAÇÃO _____
 EST. CIVIL CASADO NATURALIDADE PARAIBA
 NACIONALIDADE BRASILEIRA PROFISSÃO AGRICULTORA
 LOCAL ONDE RESIDE Sítio BRAGA
 CART. PROFISSIONAL _____ SÉRIE _____ C. RESERVISTA _____
 T. ELEITORAL Nº _____ DA _____ ZONA _____ INSCRITO NO SINDICATO EM 12/07/2010
 IDENTIDADE 1 _____ CPF 012.160.12
 OUTRAS ASSOCIAÇÕES A QUE PERTENCE SIM
 TRABALHA PARA _____
 LOCAL ONDE TRABALHA Sítio BRAGA DESDE QUANDO? 23/10/1986
 SABE LER? SIM INSTRUÇÃO ALFABETIZADA
 NOME DA(O) ESPOSA(O) _____
 FILHOS 3
 _____ QUANTOS ESTUDAM? _____

ASSISTÊNCIA SOCIAL
 HOSPITALAR _____ DENTÁRIA _____
 A. MATERNIDADE _____ JURÍDICA _____
 FUNERÁRIA _____ FARMÁCIA _____
 _____ MÉDICA AMBULATORIAL _____
 _____ DIVERSOS _____

FICHAS UTILIZADAS NOS CADASTROS DE PROGRAMAS E PROJETOS PELA EMATER

1

SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAF
EMATER-PB - UNIDADE OPERATIVA DE BELÉM JUNTO AO CMDRS
DADOS DO SOLICITANTE:

Nome: _____ Apelido: _____
 Endereço Residencial: _____
 Nome da Mãe: _____
 Nome do Pai: _____
 CPF: _____
 Naturalidade: _____ RG: _____ ORG EXP: _____
 Escolaridade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
 Estado Civil: _____ Membros da Família (quant.): _____
 Nome do Cônjuge: _____ Regime de Casamento: _____
 Nome do Mãe: _____ Apelido: _____
 Nome do Pai: _____
 CPF: _____ RG: _____ ORG EXP: _____
 Naturalidade: _____ Escolaridade: _____
 Nome da Propriedade: _____ Condição de uso da terra: _____
 Nome do Proprietário: _____ CPF: _____
 Localização do Imóvel: _____ Área do Imóvel: _____
 Nº de inscrição do Imóvel RFI/CCIR: _____ Área explorada (há): _____
 Atividade a ser exercida no imóvel: _____

Tem aposentadoria na residência () sim () não Tipo de Aposentadoria: _____
 Já obtive acesso ao PRONAF () sim () não Tipo de PRONAF: _____

COMPROMISSO DO VALOR DE PRODUÇÃO ANUAL DO ESTABELECIMENTO CONSIDERANDO OS ÚLTIMOS 12 MESES ANTERIORES A CONTA DO DIA DO PREENCHIMENTO DA SOLICITAÇÃO DA DAF:

DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1

Formulário de Inscrição do Garantia Safra

Para agricultores que possuem registros na base de dados da SAF modelos de DAF 1.5.2, 1.6.2 ou 1.7.2

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 Ministério do Desenvolvimento Agrário

I Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar

TITULARES

* Nome: _____
 * CPF: _____
 * Nome: _____
 * CPF: _____

II Informações para o Garantia Safra

* Responsável pelo sustento da Família: Pai () Mãe () Filhos
 * Número de familiares portadores de deficiência: _____
 * Participa do programa Biodiesel do Governo Federal: () Sim Não
 * Das Culturas: 1. Área total de cultivo: 1,8 ha
 2. Área total em consórcio Feijão e Mamona: _____ ha
 3. Cultura no estabelecimento: () Algodão () Arroz Feijão Mandioca Milho () Feijão X Mamona
 Faz Irrigação da cultura: () Algodão () Arroz () Feijão () Mandioca () Milho () Feijão X Mamona

III Declaração do(s) Beneficiário(s)

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que os dados acima correspondem com à verdade e que solicitei o meu enquadramento para o Grupo _____, conforme facultado no MCR 10-2-4.

Local: Logradouro-PB Data: 22/11/18

Assinatura 1: _____ Polegar direito 1

Assinatura 2: _____ Polegar direito 2

IV Atestado da(s) entidade(s) credenciada(s) pelo MDA

Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atendem(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a) do Crédito Rural ao amparo do Pronaf no grupo: _____ Reenquadramento: Foi solicitado reenquadramento? _____ (1 = não, 2 = sim e não concordo, e 3 = sim e concordo)

* Instituição CNPJ: 10
 * Representante CPF: 11
 Local: Logradouro-PB Data: 22/11/18
 Assinatura: _____

FOTOS DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO

Praça do centro da cidade, lateral da prefeitura e frente da Igreja Católica



Sítio Malhada, uma das comunidades onde realizamos a pesquisa



Sítio Malhada/PB 081



Sítio Braga II/Parte da comunidade



Sítio Braga II/comunidade bem povoada



Continuação da comunidade

